

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL

Reconfiguração do território: transformações socioambientais
em Arroio Grande/Santa Maria-RS

Alessandra Luther

Porto Alegre

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL

Reconfiguração do território: transformações socioambientais em
Arroio Grande/Santa Maria-RS

Autora: Alessandra Luther
Orientador: Professor Dr. Ivaldo
Gehlen

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Faculdade de Ciência Econômicas, UFRGS como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Rural.

Porto Alegre

2005

Ficha Catalográfica

L972

Luther, Alessandra

Reconfiguração do território: transformações socioambientais em Arroio Grande/Santa Maria-RS / Alessandra Luther: Porto Alegre, 2005.

88f. il.

Dissertação (mestrado) UFRGS: Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2005.

Orientador: Professor Dr. Ivaldo Gehlen.

1. agricultura familiar
2. meio ambiente
3. valores socioambientais
4. reconfiguração do território

CDU 504

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL

A Banca Examinadora abaixo relacionada aprovou, no dia 31 de maio de 2005, a Dissertação de Alessandra Luther intitulada Reconfiguração do território: transformações socioambientais em Arroio Grande/Santa Maria-RS como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen (Orientador – Presidente, Departamento de Sociologia/UFRGS)

Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques (PGDR/UFRGS)

Prof. Dr. Sergio Schneider (Departamento de Sociologia/UFRGS)

Prof. Dra. Vera Maria Favila Miorin (Departamento de Geociências/UFSM)

Porto Alegre
2005

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos se não fora
A mágica presença das estrelas!

Mario Quintana

Agradecimentos

Não construí nada sozinha, tenho sempre alguém do meu lado, dando apoio e incentivo; meus pais: Erno e Gladis, meus irmãos: Carlinhos e Eduardo, minhas amigas e amigos; meus primos e tios; minhas avós; pessoas queridas que iluminam minha vida, que me enchem de energia e de felicidade todos os dias.

A defesa desta dissertação marca a conclusão de uma fase muito importante de amadurecimento, que representa tudo o que estudei, aprendi e desenvolvi.

Assim, fica minha atenção especial para a turma do mestrado, um lindo grupo, mais que colegas, bons companheiros e ao meu orientador Ivaldo, pelos apontamentos, críticas, conversas, análises.

Aos professores e a coordenação do PGDR, agradeço o apoio e admiro a organização com que conduzem este curso.

A CAPES pela bolsa de estudos, possibilitando a dedicação exclusiva para esse estudo.

Aos agricultores e agricultoras que conversei, entrevistei, cumprimentei na estrada, que num simples olhar, num aceno ou num sorriso me acolheram.

São nos pequenos gestos do dia a dia, num abraço, num beijo, nos momentos de atenção e de carinho que alcançamos nossas conquistas, obrigado a todas pessoas que fazem parte na minha vida.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS, APÊNDICES E ANEXOS	8
RESUMO	9
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 RURALIDADE, TERRITÓRIO E IDENTIDADE	19
1.1 RURALIDADE: REVALORIZANDO O RURAL	19
1.1.1 Agricultura familiar	21
1.1.2 Estratégias de reprodução.....	22
1.2 TERRITÓRIO: CONTEXTUALIZANDO A RURALIDADE	24
1.2.1 As novas abordagens do conceito.....	24
1.2.2 Perspectivas a partir do território rural.....	28
1.3 IDENTIDADE: VIVENCIANDO A RURALIDADE.....	30
1.3.1 Profissionalização do agricultor e a relação com a cidade	31
1.3.2 Fortalecimento da temática ambiental.....	34
CAPÍTULO 2 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ARROIO GRANDE	37
2.1 OCUPAÇÃO DA REGIÃO CENTRO DO ESTADO E IMIGRAÇÃO ITALIANA	38
2.2 MERCANTILIZAÇÃO AGRÍCOLA: DE COLONOS A AGRICULTORES PROFISSIONAIS	43
2.3 ARROIO GRANDE: PORTAL PARA A QUARTA COLÔNIA	46
2.4 AS ESTRATÉGIAS EM ARROIO GRANDE	50
2.4.1 Ênfase na culinária caseira e colonial: feiras do produtor	51
2.4.2 Grupo Agroecológico Mão na terra: inserção na Rede de certificação Ecovida	55
2.4.3 Da feira à propriedade: abrindo a porteira.....	58
CAPÍTULO 3 DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS DO TERRITÓRIO RURAL	61

3.1 TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM RURAL.....	61
3.2 TRANSFORMAÇÕES NA IDENTIDADE PROFISSIONAL	65
3.3 OCUPANDO ESPAÇOS NA CIDADE: ESTRATÉGIAS DE EXPANSÃO DO TERRITÓRIO RURAL.....	70
CONCLUSÃO.....	75
BIBLIOGRAFIA	79

ÍNDICE DE FIGURAS, APÊNDICES e ANEXOS

FIGURA 1. Quadro operacional para pesquisa de campo.....	16
APÊNDICE A Roteiro de entrevistas para os agricultores	83-84
APÊNDICE B Roteiro de entrevistas para o técnico	85
APÊNDICE C Relação dos entrevistados	86-87
ANEXO A Mapa de Arroio Grande, Atlas Geográfico de Santa Maria	88
ANEXO B Reportagem do Jornal A Razão	89
ANEXO C Notícia: Jornal A Razão	90
ANEXO D Notícia:Jornal Diário de Santa Maria	91
ANEXO E Reportagem do Jornal Diário de Santa Maria	92

RESUMO

Título: Reconfiguração do território: transformações socioambientais
em Arroio Grande/Santa Maria-RS

Este estudo trata das transformações socioambientais na agricultura familiar de Arroio Grande, quarto distrito de Santa Maria. Privilegia a análise das transformações da identidade dos produtores e suas interfaces com o mercado e com o meio ambiente. O conceito de ruralidade configura o cenário em que se observa um processo de revalorização do meio ambiente pelas identidades que se reconstróem a partir das vivências locais e relações profissionais na cidade pelos agricultores reconfigurando o território rural. Como objetivos, analisa as dinâmicas deste território rural, relacionadas à diversificação das atividades, à revitalização da paisagem rural e à profissionalização dos agricultores na perspectiva de estratégias de reprodução que reconhecem valores socioambientais. A hipótese confirmada no estudo é que a profissionalização e o contato com a cidade através do mercado induzem a diversificação das atividades e incorporam estratégias que revitalizam e modificam valores socioculturais locais e ambientais. Através de técnicas de entrevistas semidiretivas e de análise de documentação, mostrou-se que nesta recontextualização da ruralidade, diferentes estratégias são criadas, relacionadas às mudanças técnicas e produtivas e à inserção econômica no mercado regional.

Palavras Chaves: ruralidade, identidade profissional, território rural, agricultura familiar e relações socioambientais.

ABSTRACT

Title: Reconfiguration of the territory: social-environmental transformations
in Arroio Grande/Santa Maria-RS

This research discusses the transformations of the family agriculture understanding the relations between territory and identity. The appropriate concepts to explain the problem of the research are: rurality, which responds to the process of reevaluation of the rural attributes, the identity that represents the agriculture worker's life and professional achievement, and the territory is the physical and social context of this process. With the general objective of analyzing the dynamics of the rural territory related to the diversification of the activities, revitalization of the worker's rural scenery and professional achievement. The specific objective was to analyze the reproduction strategies that recognize social and environmental values contained in the productive process of family agriculture in Arroio Grande. The hypothesis confirmed in this research is that the process of diversity of the activities is able to transform the worker's professional identity through the incorporation of strategies that revitalize the social-environmental and cultural values in Arroio Grande. Different strategies created by rural workers in Arroio Grande are analyzed in the contextualization of the process of rurality and related to technical and productive changes and to the economical insertion: direct commercialization, agro industrialization in reduced scale, horticulture and floriculture, tourism, agro ecology, partnership, among others. These initiatives constitute the expression of the rural territory reconfiguration.

Key Words: rurality, professional identity, rural territory.

INTRODUÇÃO

A transformação do território rural representa a significativa importância que os valores socioambientais impõem no processo de desenvolvimento do país. Este estudo analisa a dinâmica territorial de Arroio Grande, um distrito do município de Santa Maria no Rio Grande do Sul, que tem sua origem na Colonização Italiana. Situado a 18 km do centro da cidade, o distrito de Arroio Grande¹ desenvolveu-se na Quarta Colônia Italiana do Estado.

Esse território é referência empírica quando se trata da colonização italiana do Rio Grande do Sul², foi ponto de passagem das caravanas de imigrantes, que chegaram com suas famílias para ocupar as terras devolutas da região central do estado. A colonização da região foi promovida pelo Império com o interesse geopolítico e econômico de povoar as terras do sul e criar áreas destinadas à produção de alimentos ao mercado interno.

A agricultura familiar, nesse contexto, apresenta uma identidade original construída na formação da colônia italiana, caracterizada pela pequena propriedade, com produção de subsistência e de cultivos para o mercado consumidor da cidade. A partir da década de 1970, o modo de vida da colônia foi submetido a um conjunto variado de pressões econômicas, socioambientais e culturais que resultam no processo de transformação da organização do trabalho das famílias rurais, fazendo desaparecer algumas características originais da identidade do colono³.

Este estudo propõe-se investigar a trajetória profissional dos agricultores, desde suas decisões no trabalho e na produção, até a transformação dos valores identitários dos indivíduos e de suas famílias, que foram alterando o processo produtivo e o modo de vida a fim de alcançar a sobrevivência material e a reprodução social e econômica.

¹ A localidade pode ser visualizada no anexo A. Mapa de Arroio Grande- Atlas Geográfico de Santa Maria. Fascículo 2. 2004

² Aqui cabe trazer alguns estudiosos dessa temática: Padre Clementino Marcuzzo, Marcos Aurélio Saquet, Jose Itaquí, João Belém, Vivien Diesel, entre outros. Esse ano é especialmente significativo para as Colônias Italianas porque registra os 130 anos da chegada dos imigrantes no Brasil.

³ O colono é aquele agricultor que possui características similares com o chamado camponês (conceito que não será discutido nesse estudo). O colono constrói sua identidade no modo de vida da colônia, um misto de agricultura, comércio e artesanato (profissões dos imigrantes).

De maneira geral, o que caracteriza a agricultura familiar de Arroio Grande é sua pluralidade, em relação às formas de acesso ao mercado, ao engajamento a projetos, à utilização de tecnologias, aos sistemas produtivos, à composição demográfica das famílias, etc. Suas atividades econômicas são predominantemente agrícolas, na lavoura de arroz e fumo e a horticultura.

A abordagem da realidade sob o enfoque de território leva a repensar a dicotomia elaborada, na modernidade, entre o rural e urbano, e suas respectivas funções (GELHEN E RIELLA, 2004). Para esses autores, a agregação de novos valores, não necessariamente econômicos, às atividades agropecuárias, como, por exemplo, a qualidade nutritiva e a sanidade dos alimentos somados à preservação ambiental e ao desenvolvimento cultural das tradições, das identidades e de novas organizações societárias, representam o caráter heterogêneo, móbil e dinâmico da ruralidade.

Segundo Moreira (2004) a ruralidade, não têm necessariamente, uma base física definida. Daí a importância de incluir o conceito de território na análise, pois este aponta para a reflexão das situações de mobilidade de fronteiras físicas e sociais, próprias do universo social estudado.

A agricultura familiar aparece como protagonista desse processo, pois a dinâmica das transformações territoriais está na permanência de alguns elementos histórico-culturais, na presença de valores socioambientais, e na revitalização da paisagem rural e das formas de trabalho.

A problemática que motivou a pesquisa refere-se ao processo histórico da transformação da agricultura familiar, visto que diversas pesquisas voltam-se para o estudo da crise da agricultura, via modernização, discutindo problemas relacionados à diminuição da renda das atividades agrícolas, descapitalização e crescente divisão das propriedades entre herdeiros. Características, enfim, que têm colocado em xeque a sobrevivência de muitos agricultores.

Nesse contexto tem-se a produção de novos conhecimentos diante do desenvolvimento capitalista na era da globalização, revelando que as transformações mais gerais da economia brasileira e mundial, especificamente o processo de modernização, apresentam uma diversidade de estratégias, a lavoura empresarial, as

migrações, a integração aos centros agroindustriais, ou mesmo, as atividades não-agrícolas.

Nos últimos anos, em função da modernização da agricultura e da crescente mercantilização da produção, os agricultores vêm se especializando em determinados cultivos e criações, incorporando novas atividades e serviços, ligados a nichos de mercado específicos. O fato contraditório da modernização e especialização da agricultura é que, em princípio, o que deveria profissionalizar os produtores tem transformado suas atividades em algo que causa prejuízos à sociedade e a eles próprios.

O uso intensivo e incorreto de maquinário e aditivos químicos na monocultura, o desmatamento e as diversas atividades degradantes levam à exposição constante de problemas ambientais, como o desgaste dos solos, erosão, enchentes, seca, etc. Assim, a dinâmica estudada no território rural busca compreender o processo de revitalização da paisagem rural, a partir valorização de atividades direcionadas aos sistemas produtivos coloniais e ecológicos e ao turismo rural.

A nova paisagem rural e os processos resultantes da integração de atividades não-agrícolas nos estabelecimentos rurais, a pluriatividade dos agricultores e dos membros da família, o aumento de uma população rural não-agrícola e de aposentados, fazem parte de um processo denominado por Ferreira (2002) de diversificação no meio rural, revelando acontecimentos que se desenrolam no local e fora dele.

O rural passa a ser valorizado como espaço da ação, o território do futuro para Jean (1997), como resposta possível à crise do emprego e à qualidade de vida gerada pela civilização urbano-industrial. Permanecer no rural, nos seus estabelecimentos agrícolas, mesmo exercendo outras ocupações, possibilita manter um ponto de referência e pertencimento, conservar redes sociais de parentesco, laços com a localidade, com a memória social - criam-se territorialidades - a propriedade, a casa, a horta, a igreja, a comunidade.

Articula-se as territorialidades com a temática do meio ambiente e do desenvolvimento rural, foco de atenção nos debates atuais, e verifica-se diferentes dinâmicas econômicas e produtivas, pois cada território apresenta suas estratégias, e essas trazem à visibilidade um modo de vida.

Tal qual aqui compreendida, a agricultura familiar do distrito de Arroio Grande é resultado de uma transformação na identidade original do colono, via processo de modernização, que busca novas formas de inserção no mercado. Foram estudados agricultores que apresentaram uma nova organização do trabalho familiar, a partir mudanças técnicas e produtivas que envolvem a revitalização dos valores socioambientais e culturais. Nesse sentido, as questões da pesquisa são:

Quais são as dinâmicas socioambientais de Arroio Grande?

Quais são as estratégias de reprodução e inserção no mercado buscadas pelos agricultores?

Para responder às questões que conduzem à pesquisa, buscou-se com os conceitos – ruralidade, território e identidade – explicar a problemática estudada no que se refere às transformações da agricultura familiar. Os conceitos foram construídos empiricamente, nas observações diretas e por meio das informações reunidas no decorrer da pesquisa, compreendidos a partir de uma base teórica.

Busca-se uma interpretação conceitual condizente com os objetivos propostos. Para tanto, recorre-se a Moreira (2004), que apresenta uma síntese dos conceitos analíticos relevante para o estudo. Conforme o autor, “a ruralidade responde aos elementos que sustentam o processo; o território responde a qual é o contexto físico e social no qual acontece o processo; e a identidade responde a como é vivenciado o processo pelos agentes sociais” (MOREIRA, 2004, p.2).

O objetivo geral deste estudo é analisar as dinâmicas do território rural relacionadas à diversificação das atividades, a revitalização da paisagem rural e a profissionalização dos agricultores. E o como objetivo específico é analisar as estratégias de reprodução que reconhecem valores socioambientais e culturais presentes nos processos produtivos da agricultura familiar em Arroio Grande.

A hipótese do estudo é que a profissionalização e o contato com a cidade através do mercado induzem a diversificação das atividades e incorporam estratégias que revitalizam e modificam valores socioculturais locais e ambientais.

As razões para este estudo sustentam-se na constatação histórica e acadêmica de que o rural é valor importante na sociedade moderna, e na trajetória pessoal⁴. As constantes visitas e observações da realidade local despertam o interesse e preocupação em compreender as dinâmicas de Arroio Grande.

A agricultura familiar foi tema de estudo na graduação, e nesses anos, buscou-se por meio de leituras e pesquisas, entender as mudanças, estratégias e modos de vida das famílias rurais. Um passo importante foi o ingresso no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, quando foram disponibilizadas diversas ferramentas analíticas para a pesquisa e interpretação da realidade rural, construindo assim, um corpo teórico enriquecido pelas leituras, autores e teorias, sem perder a curiosidade pelo empírico.

Este estudo representa uma contribuição para o conhecimento acadêmico, uma vez que o uso de conceitos, sob a ótica multidisciplinar, renova o debate das disciplinas acadêmicas – geografia, sociologia e economia. Buscam-se alternativas úteis à elaboração de políticas públicas municipais e projetos institucionais, de enfoque local. Assim, a pesquisa vem somar-se a outras já existentes sobre a temática da agricultura familiar e suas dinâmicas territoriais e identitárias.

Do ponto de vista metodológico, a idéia inicial do estudo parte das investigações anteriores e de um estudo exploratório, em que foi possível construir um sistema de relações esclarecedor, estabelecendo as noções determinantes para o trabalho.

Foram coletadas informações sobre a ocupação e colonização da área, características da geografia e dinâmica local, tendo por base a pesquisa bibliográfica, da historiografia local, em conversas informais e na análise de imagens (mapas de ocupação populacional, uso da terra, bacia hidrográfica, fotos das propriedades).

Valendo-se desses dados, elaborou-se o quadro operacional com as dimensões, indicadores e variáveis necessários para a análise. As dimensões - econômica, sociocultural e ambiental - perpassam pelos conceitos que estruturam o estudo: ruralidade, território e identidade. As variáveis e indicadores foram os elementos que contribuíram na elaboração o roteiro das entrevistas.

⁴ Para compreender este processo acaba-se refletindo sobre as trajetórias familiares da pesquisadora, que tem suas origens na colonização alemã do Rio Grande do Sul, na colônia de Santo Ângelo, hoje município de Agudo, muito semelhante à Quarta Colônia de imigração italiana.

Dimensões	Indicadores	Variáveis
Econômica	Produção Comercialização Diversificação das atividades	Qualidade do produto Agregação de valor Nichos de mercado Autoconsumo
Sociocultural	História da família (tradição e costumes) Profissionalização Divisão do trabalho	Conhecimento: saber-fazer Escolaridade Cursos técnicos e profissionalizantes Atividades na comunidade Instituições e entidades atuantes Relação com o consumidores, turistas, novos moradores Valores da vida no campo e na cidade Definição da ocupação-condição Jovens na comunidade
Socioambiental	Agroecologia Impactos ambientais	Práticas alternativas Mudanças técnicas Preocupação com o meio Áreas de proteção ambiental

FIGURA 1. Quadro operacional para pesquisa de campo

Na pesquisa de campo desenvolveu-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que estavam sendo investigados, com visitas às propriedades dos agricultores, visitas às feiras de comercialização, participação em reuniões, passeios e conversas informais.

O material obtido é rico em descrições de pessoas, de situações e de acontecimentos. Incluem transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias e extratos de vários tipos de documentos, registros históricos, reportagens de jornais locais, ferramentas de pesquisa que utilizadas para captar os elementos de um processo em constante transformação. Na análise, as citações são usadas para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista.

Na coleta de dados combinaram-se as técnicas de entrevistas semi-estruturadas, observação participante e análise documental. Como fonte de registro dos dados coletados, utilizaram-se o diário de campo e o gravador. O procedimento para a coleta foi organizado em função da disponibilidade dos entrevistados.

A entrevista semi-estruturada, para Cortes (1998), possui como característica principal, um roteiro-base, que apresenta questões abertas, nas quais o entrevistado pode discorrer livremente sobre um tema proposto ou pergunta formulada. Para facilitar o transcorrer da entrevista, dividiu-se o roteiro de entrevistas em três etapas: família, propriedade e comunidade, buscando ligar as perguntas a cada resposta do entrevistado.

A amostra foi definida segundo critérios que demonstravam transformações na organização do trabalho das famílias: principal atividade voltada à comercialização direta; industrialização de produtos caseiros e coloniais; produção de hortaliças e fruticultura; utilização de sistemas orgânicos ou agroecológicos; outras estratégias de diversificação das atividades.

A escolha do universo de pesquisa deu-se pela análise do cadastrado de agricultores feirantes da Secretaria de Desenvolvimento Rural - Prefeitura Municipal de Santa Maria, onde identificou-se os agricultores que apresentavam atividades diversificadas; dessa forma, construiu-se uma rede de entrevistas por indicações de intermediários. Foram realizadas sete entrevistas com agricultores e agricultoras, gravadas e transcritas; uma entrevista gravada com o técnico agrícola do CAPA⁵, que dá assistência aos grupos de agroecologia da região; uma reunião com participantes do Grupo agroecológico Mão na Terra e da Rede Ecovida; entrevistas não gravadas com o sub-prefeito do distrito, com moradores locais, donos de comércio, pesquisadores da área; assim como conversas com turistas e consumidores das feiras.

A pesquisa de campo ocorreu no período de maio a agosto de 2004, foram diversas idas e vindas, do centro da cidade para o distrito. O exercício de parar, perguntar, conversar, entrevistar exige disciplina, confiança e, em certa medida, a destreza do pesquisador, aptidões que foram apreendidas no decorrer da pesquisa, visto que essa foi a primeira tentativa de executar um trabalho qualitativo da pesquisadora.

O primeiro capítulo da dissertação apresenta as abordagens teóricas dos conceitos analíticos e dos conceitos operacionais. O Segundo descreve a formação do território desde a ocupação da Colônia Italiana, passando pela análise da diversificação

⁵ CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – Santa Cruz do Sul. Esse centro trabalha com a formação de agricultores agroecológicos e está ligado a Rede de certificação Ecovida. A prefeitura de Santa Maria possui contrato com o CAPA, para formar grupos e profissionalizar os agricultores no município.

das atividades até as estratégias recriadas pelos agricultores. O terceiro apresenta as dinâmicas do território, demonstrando as transformações socioambientais e culturais que estão ligadas à preservação do meio, a relação com a cidade e ao reconhecimento da identidade profissional dos agricultores de Arroio Grande.

CAPÍTULO 1. RURALIDADE, TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Neste capítulo são desenvolvidos os conceitos analíticos: ruralidade, território e identidade; e conceitos operacionais: agricultura familiar, estratégias de reprodução, território rural, desenvolvimento territorial local, profissionalização, todos devidamente referenciados em bibliografia contemporânea.

A ruralidade é entendida como o processo de revalorização dos atributos rurais, expressos num modo de vida, que tem suas relações espacializadas no território, entendido como a tessitura da ruralidade. O conceito de identidade representa as transformações profissionais e de vivência do agricultor.

A análise abrange dimensões econômicas e socioambiental, sob um enfoque multidisciplinar que acompanha as perspectivas da geografia e da sociologia.

Esse capítulo está dividido em três partes, a primeira trata das questões do rural, da importância da agricultura familiar e suas estratégias de reprodução no contexto do estudo; a segunda parte apresenta as novas abordagens sobre o conceito de território, a noção de desenvolvimento territorial local e território rural definem e caracterizam a problemática do estudo; a terceira parte trata do conceito de identidade como elemento formador da capacidade profissional dos agricultores, tendo por base as recentes transformações dos valores econômicos, culturais, principalmente, no que diz respeito à temática ambiental.

1.1 RURALIDADE: REVALORIZANDO O RURAL

A noção de ruralidade pode ser pensada como um conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão do mundo que orienta práticas sociais em diferentes territórios.

A ruralidade é um processo dinâmico em constante reestruturação de valores, hábitos e técnicas, possui diferentes vivências que, segundo Moreira (2004), não estão restritas a uma espacialidade e/ou uma temporalidade concreta. Para Abramovay (2003) é um valor atribuído pela sociedade contemporânea como um modo de vida que as

populações buscam cada vez mais: a preservação do meio ambiente e a importância dada à cultura são elementos fundamentais dessa vivência.

A ruralidade, entendida na perspectiva de Kayser (1990), representa renascimento do rural, não disto dos grandes centros urbanos e próximos a espaços dotados de recursos naturais atraentes, exuberância da flora e fauna, dos rios e cachoeiras, característica particular das áreas rurais. O renascimento rural estaria indicado, segundo Veiga (2004), na dimensão demográfica e nas práticas socioambientais e culturais dos territórios rurais, como o repovoamento e a recomposição dos modos de vida da sociedade em vilarejos. Esse fenômeno é mais visível nos países desenvolvidos que possuem políticas específicas para as atividades rurais (não ligadas à produção agrícola) que valorizam a conservação e manutenção da paisagem rural. Mesmo que incipiente, a valorização do rural possui tendência à generalização mundial.

No entanto, para Carneiro (1998), é importante considerar que o campo não está passando por um processo único de transformação. Para a autora, os processos não são uniformes e não possuem a mesma intensidade, pois as medidas modernizadoras na agricultura foram moldadas no padrão de produção e de vida urbano-industrial, gerando efeitos e reações diferentes sobre a população local de um determinado território rural. Sendo assim, não se pode falar de ruralidade em geral, pois esse processo se expressa de formas diferentes em universos culturais, socioambientais e econômicos heterogêneos.

Com base nas reflexões aqui apresentadas, entende-se a ruralidade como um processo que reconfigura o território e reestrutura a organização do trabalho agrícola, transformando os elementos socioambientais que compõem a identidade local.

A ênfase sobre a agricultura familiar nesse processo representa a importância dessa categoria na transformação do território. A diversidade de estratégias apresentada nessa dissertação demonstra a amplitude dos horizontes conquistados pelos agricultores.

1.1.1 Agricultura familiar

No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar ganha força a partir do final dos anos 1980 e início dos 1990, quando é cunhada a expressão agricultura familiar, simultaneamente, nas esferas política e acadêmica.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão é feita pelos proprietários. Para Plein (2003), os responsáveis pelo empreendimento familiar estão ligados entre si por laços de parentesco, a mão de obra é fundamentalmente familiar, o capital e o patrimônio pertencem à família que vive na unidade produtiva.

Na discussão sobre a agricultura familiar no Brasil, o estudo de Abramovay (1992) traz uma contribuição original e relevante. Seguindo autores como Redfield, Shanin, Ellis, Mendras, entre outros, Abramovay foi quem primeiro no Brasil distinguiu camponato, também denominado de sociedades camponesas, de agricultura familiar, demonstrando que a agricultura familiar é oriunda do camponato, mas que apresenta formas distintas de organização do trabalho e da produção, em função de sua crescente integração aos mercados.

Nesse sentido, as transformações da agricultura familiar se dão na integração ao mercado, modificando os interesses e prioridades da família, que leva as decisões “para fora da porteira” aumentando sua relação com a sociedade capitalista. Abramovay (1992), referindo-se ao caso do sul do Brasil, afirma que: “os agricultores integram-se plenamente a estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas, sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais” (1992:126-127).

Para entender as transformações da agricultura familiar, Abramovay (1992), considera três aspectos relevantes: conhecer sua origem, estudar a característica dessa forma anterior (identidade original) e analisar o ponto de ruptura entre o modo de vida da colônia e o da agricultura familiar.

Na contextualização da dinâmica da agricultura familiar são analisadas as diferentes estratégias criadas pelos agricultores: comercialização direta, agroindustrialização em pequena escala, turismo, agroecologia, associativismo, entre outras. São essas iniciativas de ação coletiva ou associativa que constituem a expressão

mais emblemática do processo de diversificação e revitalização do território rural, principalmente no sul do Brasil onde a agricultura familiar se apresenta fortalecida.

1.1.2 Estratégias de reprodução

Entende-se como estratégias de reprodução as mudanças ocorridas na organização do trabalho, via profissionalização dos agricultores e motivadas por interesses mercantis. Segundo Plein (2003), a noção de estratégia de reprodução explica como e por que a forma familiar de produção consegue se reproduzir.

Os agricultores sempre utilizaram determinados recursos, alternativas e mecanismos para manter a sustentabilidade da família, tais como migrações, inserção nas agroindústrias, reconversão produtiva, atividades não-agrícolas, entre outras, abordadas no capítulo 2.

A ruralidade é um processo que abre novas possibilidades de inserção mercantil aos agricultores, agora não mais apenas via mercado de produtos agrícolas, mas, também, por meio da mercantilização da paisagem rural e da prestação de serviços. Este processo gera estratégias que determinam as diferenças entre os agricultores familiares. Esses passam a utilizar um repertório cada vez mais amplo de iniciativas que revelam um território envolvido em valores socioambientais e culturais.

Tem-se, portanto, uma situação de complexificação das relações de trabalho e de ampliação dos horizontes para inserção no mercado. A ênfase do governo gaúcho (gestão 1999-2002) no desenvolvimento de agroindústrias familiares, como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, somada a outros programas adotados no município de Santa Maria, valoriza a formação de circuitos locais e regionais de produção e consumo, visto que a inserção nas grandes cadeias agroalimentares é opção viável para poucos.

As transformações na distribuição dos alimentos e nos hábitos alimentares envolvem mudanças nos valores da sociedade. Vive-se um contexto histórico de caráter contraditório, de um lado, concentra-se o mercado globalizado, via grandes redes de alimentos, que oferecem ao consumidor produtos padronizados oriundos de grupos

agroindustriais e supermercados, que induzem a homogeneização dos hábitos de consumo adequados ao modo moderno de vida, vivido em ritmo acelerado, onde o menor tempo disponível para a preparação do alimento induz a preferência para os processados e os pré-prontos. De outro lado, o movimento contrário volta-se para o mercado local, um modo de vida saudável, no consumo de alimentos limpos, que valorizam as características locais.

Esse movimento cria novos nichos de mercado, abrindo espaço para os agricultores familiares que reconfiguram suas relações no território e vinculam suas estratégias aos valores de um modo de vida saudável e tranquilo, atributos ligados ao cotidiano rural. A comercialização direta e os cuidados com a produção são articuladores de uma profissionalidade que passa a ser reconhecida na sociedade.

Dentro da diversidade de funções incorporadas à agricultura, é importante mencionar a atividade que representa “o olhar da sociedade” para o rural: o turismo, que se torna uma estratégia de valorização da cultura local e da paisagem. Segundo Campanhola e Graziano da Silva (2000), o agroturismo é atividade interna à propriedade, que gera ocupações complementares às atividades agrícolas, como hotel fazenda, pousada, pesque-pague, restaurante típico, vendas diretas do produtor, artesanato, industrialização caseira e outras atividades de lazer ligadas à vida cotidiana dos moradores do campo que tem atraído os moradores da área urbana que buscam um estilo diferente de vida em contato com a natureza. O ecoturismo é outro exemplo de atividade realizada em áreas naturais que se encontram preservadas, com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a flora e fauna, o relevo, as cachoeiras, as trilhas e os passeios.

A partir de uma nova realidade ocorrem transformações na infra-estrutura local e nas relações com o mercado, há melhoria das estradas e das redes de comunicação, aumento do fluxo de pessoas, circulação de produtos e informações, expansão das residências e dos sítios de lazer, construindo assim, o território, que representa o contexto dessas novas atividades e transformações no meio rural.

1.2 TERRITÓRIO: CONTEXTUALIZANDO A RURALIDADE

O território possui diferentes abordagens conceituais, que variam de acordo com determinadas vertentes teóricas. É um conceito flexível para uso do pesquisador, pois facilita a caracterização e delimitação do fenômeno a ser estudado.

A discussão do conceito de território, nesse estudo, é elaborada sem o desgaste da construção das correntes teóricas e suas diferentes perspectivas. Fala-se de uma argumentação mais objetiva do conceito, entendido como ferramenta analítica de apoio que dá base às representações do espaço de vivência dos atores estudados.

Dentre as diversas idéias e significações sobre o conceito, busca-se a noção que mais se adapte à pesquisa.

1.2.1 As novas abordagens do conceito

O território representa o conjunto da dinâmica local, suplantando a antiga concepção de território enquanto Estado Nação, fundamento da Geografia construída na Modernidade.

Na atual abordagem o conceito tem significado mais amplo, que valoriza os elementos socioambientais e a cultura que estão presentes na espacialidade das relações. Referente ao sentimento de pertencimento, pelo viés da identidade, o território é um espaço de dominação, um campo de forças que se estabelece nas relações sociais.

A Geografia dos anos 90 busca a construção de seu objeto/espaço nas transformações do capitalismo, a partir de uma análise alicerçada na compreensão do mundo contemporâneo. Procura grafar territórios diferenciados, territórios de resistência, territórios locais que são o cotidiano compartilhado, o mundo vivido através das percepções emotivas de cada indivíduo, valorizando o lugar da construção de identidade, observando os espaços na evolução do tempo, conforme o ritmo social, em que as relações se espacializam e se diferenciam conforme o tempo de cada lugar.

Abramovay (2003) define território como uma trama de relações, de significados, de conteúdos vividos pelos indivíduos que permite a construção de

modelos mentais partilhados subjacentes ao sentimento de pertencer a um lugar e não somente um conjunto de atributos objetivos de distância e localização.

“o território não é considerado como uma simples base física com limites arbitrários (antiga idéia de região) e sim representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY, 2003, p.6).

O território na geografia é o espaço geográfico dominado e apropriado pelas ações decorrentes da problemática humana. Para Blume (2004), o território torna-se produto de uma relação desigual de forças que envolvem o domínio e controle político-econômico, bem como apropriação simbólica. O autor destaca ainda que, para qualquer entendimento sobre este conceito, é necessário que se considerem o poder e as escalas espaciais.

Para definir poder usa-se a referência de Rafesttin (1993) que considera que todo agir sobre o espaço é uma forma de exercer poder, uma vez que o ator busca atingir um objetivo pela prática e pelo exercício do poder. A ação pensada ou realizada induz a transformação do espaço em território. Blume (2004), afirma que as escalas espaciais são condicionantes que medem o nível de observação e representação da realidade, sendo que as escalas geográficas buscam compreender as informações qualitativas do espaço e as escalas cartográficas analisam os dados físicos representados em cartas e mapas.

Nos estudos da geografia, as escalas espaciais sempre foram diversificadas, contudo, nas demais disciplinas das ciências sociais sempre predominaram as tendências que consideram o Estado Nacional como a única da unidade de análise relevante, com conseqüente desconsideração teórica dos níveis subnacionais. O local sendo entendido como objeto de estudo desprovido de capacidade de iniciativa e protagonismo, estando moldado por estruturas e processos superiores e exteriores.

A noção de território deve ser pensada não em função do Estado, mas valendo-se da necessidade e interesse de cada localidade. O local como categoria analítica promove a explosão do território, é uma entidade revalorizada porque apresenta características de um agente mediador entre o âmbito mundial e o território. A integração via novas

condições organizacionais do trabalho que apelam para culturas especializadas e permitem formas de iniciativa em que se tornam relevantes as sociedades locais.

Neste sentido, Reis (1992) observa que o local é, em certo sentido, o outro lado da *mundialização* das estratégias produtivas no quadro da divisão internacional do trabalho. Não sendo uma entidade desprovida de qualidades, o local é um espaço com capacidade, sempre particular para cada caso, de oferta e de iniciativa como, por exemplo, as estratégias de complementaridade presentes nas economias familiares.

A noção de localidade não define a natureza rural ou urbana do grupo ou as práticas e relações sociais que ele desenvolve. Para Carneiro (1998), o sentido de localidade não estará presente em todo e qualquer espaço, ele será tão mais forte quanto mais consolidada for a identidade do grupo, ou seja, quanto mais forte for o sentimento de pertencimento a uma dada localidade.

A lógica de existência do grupo se sustenta no conjunto de valores tidos como identitários e que serve para distingui-lo dos demais grupos. Nas relações de alteridade com os “de fora” ou “os outros” que reside à capacidade de definir a identidade sustentada no pertencimento e no reconhecimento de um determinado espaço como próprio ao indivíduo e à família, na interpretação de Carneiro (1998), o reconhecimento se dá pela memória coletiva herdada de gerações anteriores. Os marcos ou pontos de apoio dessa memória são os próprios componentes da paisagem: rios, morros, montanhas, árvores, casas, igrejas, cemitérios, caminhos, que persistem ao tempo, mesmo que transformados ou destruídos pela ação do homem.

Para Gehlen e Riella (2004) o território é uma referência globalizante, algo que está sendo construído paralelo ao conceito de globalização, opondo-se ao discurso homogeneizador do espaço, mostrando possibilidades de reconhecer e valorizar as especificidades locais e regionais.

A reivindicação cultural ganha importância na escala local propiciando a invenção de alternativas de competitividade dos produtos gerados no interior desse território, vantagem que pode ser compartilhada coletivamente. Este processo constrói um patrimônio sociocultural respaldado na tradição e na história local e possibilita apontar alternativas inovadoras. Aos poucos, sedimenta a memória coletiva rearticulando os saberes e as relações com o meio natural e com o patrimônio material e

simbólico e desencadeando processos de construção de cidadania (GEHLEN E RIELLA, 2004).

Quando se trata de compreender os processos recentes da globalização, deve-se compreender que a mundialização não é sinônimo de homogeneização, esta pode constituir-se na revalorização das heterogeneidades, sendo necessário estudar qual é a natureza dos processos de âmbito mais reduzido e por isso reapreciar o quadro espacial em que eles se inscrevem.

Na busca de uma nova abordagem espacial para o desenvolvimento, o território emerge como uma unidade de referência para as ações públicas na expressão de desenvolvimento territorial, sendo entendido numa perspectiva política, de ação estatal e na tentativa de desenvolvimento local.

A temática do desenvolvimento territorial local desperta grande interesse na atualidade, vale salientar as abordagens de Abramovay (2003) e Veiga (2004). O território passa a motivar uma elevada diversidade de iniciativas que tendem a tomar o local como um espaço de efetiva atuação de diferentes sujeitos e segmentos sociais, na busca do desenvolvimento desde a base, ou seja, de baixo para cima, capaz de priorizar as decisões comunitárias em relação aos planos gerais de desenvolvimento e mobilizar os recursos disponíveis com o fim de promover o desenvolvimento.

A abordagem do desenvolvimento territorial tem como pressuposto o reconhecimento da necessidade de integração dos espaços e das populações marginalizadas aos processos de desenvolvimento macrorregional e nacional, dessa maneira, o território pode ser entendido como:

“um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (MISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2003, p.23).

O território rural na perspectiva do MDA apresenta, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos “rurais” como um ambiente natural pouco modificado, de

baixa densidade demográfica, com base na economia primária, mantendo os hábitos culturais e tradições típicas do universo rural. Nestes territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2004).

A globalização não apagou a presença dos atores políticos, mas criou para eles novos territórios, pelos quais se inicia um processo histórico, assim a criatividade, negociação e a capacidade de mobilização serão os mais importantes instrumentos para conquistar um lugar no espaço público. Os conceitos de território abordados nas políticas de desenvolvimento do país possuem uma abrangência quase infinita, sendo que os conceitos referenciados acima, não caracterizam o fenômeno em estudo. Contudo considera-se significativo o interesse do Estado e Ministérios em atualizar as abordagens relativas ao rural.

Na compreensão da complexidade do processo de decomposição e recomposição do sistema social e territorial vale chamar atenção para a diversidade de entendimentos que o conceito de território alcança. Sendo assim, Haesbaert (2002) afirma:

“Não significa que tenhamos de mergulhar *de corpo e alma* nas vagas do novo, mais uma vez. Trata-se de incorporar em nossas reflexões a diversidade, e nela a convivência com o *velho*, na complexa virtualidade da mudança, no surgimento permanente do novo, que é sem dúvida, um dos marcos fundamentais da modernidade. Se, por um lado, estes signos do novo se impõem, é porque se sobrepuseram a outros já existentes, ocorrendo entre eles um processo de luta e interação que caracteriza essa dinâmica. Paralela e concomitante, revela-se um outro ângulo, que é o da preservação ou resistência, *resíduo* do processo de substituição e que deve ser igualmente considerado em nossa análise”. (2002, p.80).

1.2.2 Perspectivas a partir do território rural

Este conceito operativo define a problemática em estudo e delimita o universo social pesquisado. O território rural é construído e reconstruído no uso e na transformação da paisagem rural e, conseqüentemente, pelas relações internas e externas que ocorrem no local.

A revalorização do rural está na busca da sociedade para encontrar saídas para problemas recorrentes do modo de vida moderno, como o estresse, a agitação, a falta de reciprocidade, a má alimentação e ainda problemas de ordem ambiental, poluição, barulho, trânsito, etc, abrindo novas oportunidades de emprego para quem vive no campo.

O mundo rural torna-se suporte de um imaginário e de práticas alternativas na atualidade, transforma-se em substrato privilegiado para a construção de identidades coletivas referenciadas em territórios delimitados. Froehlich (1999; 2002) afirma que esta construção se dá através de entrelaçamentos peculiares entre os meios físicos, atividades econômicas e vida social, e se apóia no poder motivacional da história e da tradição, resgatadas ou reinventadas, segundo os mais diversos propósitos do presente.

“O passado e a tradição são revisitados, assim, num processo que busca agregar valor e amalgamar, num discurso identitário de nova configuração, antigos (e também novos) costumes, hábitos e sociabilidades. Como estratégia de projeção desta construção identitária, recorre-se facilmente a esteticização e a espetacularização, produzindo-se diferentes identidades, ecléticas composições” (FROEHLICH, 2002, p.16).

As unidades familiares passam a ser vistas como portadoras de vantagens específicas, que permitem a atualização das diversas atividades esperadas desse processo, que no tocante à organização do trabalho estão além dos limites da produção agrícola (alimentos e matérias-primas diversas), tais como: pluriatividade dos membros da família de agricultores, conservação da paisagem rural, valorização do patrimônio cultural, turismo, oferta de produtos agrícolas não-contaminados e inserção social - um reconhecimento da importância do território rural para a sociedade.

1.3 IDENTIDADE: VIVENCIANDO A RURALIDADE

Originalmente o termo identidade diz respeito àquilo que é idêntico, semelhante ou que possui as mesmas características, Mesquita (2002), entretanto, afirma que o conceito pode incluir, também, aquelas características que diferenciam grupos, havendo diferentes abordagens a partir de critérios como a origem comum (hereditariedade), a língua, a cultura, a religião, a psicologia coletiva, o vínculo com o território. Esses são os elementos da identidade que refletem o sentimento de vinculação ou identificação à coletividade.

As identidades construídas não mais se referenciam em um único código cultural homogêneo e coerente, mas podem ser formadas e reformadas a partir da coexistência e do movimento entre diferenciadas escalas espaço-temporais e distintos códigos e fronteiras simbólicas. Para Froelich (2002), as identidades assim construídas estão em permanente reconfiguração e tendem a ser, portanto, fluidas, híbridas e multireferenciadas.

Para os fins propostos nesse estudo, a identidade é uma construção social complexa e multidimensional que envolve a percepção de si mesmo e dos outros como parte de um grupo que se inscreve no território, não se conota o idêntico, mas a pertença, graças à qual um indivíduo se define. Conforme Castells, “por identidade entende-se o processo pelo qual o ator social se reconhece e se constrói, principalmente, com base em determinados atributos culturais, ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla” (2000, p.39).

A procura ou a reconstrução de identidades é evidentemente responsabilidade dos indivíduos, grupos, localidades e territórios, motivados pelo desejo de referências e de enraizamento numa sociedade. Kayser (1994), afirma que é assim que a conotação da cultura local é reconhecida por todos, através das especificidades legadas pelo passado e ainda vivas: a pronúncia, ou mesmo a língua ou o dialeto, os gostos, os comportamentos coletivos e individuais, etc.

Neste estudo manter-se-á ênfase na identidade que é construída no território rural, e que está ligada ao processo de profissionalização do agricultor, nas transformações da sua maneira de agir, de trabalhar, e principalmente, de entender e

interagir com seu meio. Os valores socioambientais e culturais inseridos nas atividades do território rural desperta uma nova fase profissional para os agricultores que ali vivem, um novo modo de ver e viver sua relação com a cidade e de entender sua identidade.

1.3.1. Profissionalização do agricultor e a relação com a cidade

A incorporação de preceitos e práticas na agricultura acontece de acordo com a dinâmica do território rural, tendo por base as estratégias de reprodução que envolvem a organização do trabalho em face do mercado de produtos agrícolas. A profissionalização é uma qualificação das competências do agricultor, uma hibridização de valores e novas atitudes que definem a profissão do produtor rural.

Assim, as representações inseridas, produzidas e emitidas sobre o vivido e a realidade social, na qual a família está inserida, se transformam. A identidade do colono diz respeito a uma sabedoria implícita ao domínio das informações sociais e mentais, que são adquiridas ao longo da experiência da vida e da trajetória do seu trabalho, é neste modo de viver e entender seu meio produtivo que o agricultor socializa e define seu comportamento.

Em função da crescente mercantilização dos agricultores, observam-se diversas mudanças técnico-produtivas, que envolvem um processo de transformação sociocultural das famílias, principalmente, no que toca à questão ambiental e às práticas alternativas.

Já que se torna cada dia mais evidente que o processo de modernização da agricultura não produz a uniformização e sim, a diferenciação entre os produtores rurais. Giuliani (1997), descreve que há tendência à formação de dimensões novas da profissionalidade, como a chamada agricultura alternativa, que não limita a capacidade do produtor rural às vias econômicas e às habilidades tecnológico-financeiras, abrindo espaço para que possam se desenvolver criando novos saberes, valorizando os diferentes aspectos do trabalho rural.

A sociologia das profissões sustenta que a atividade de produtor rural tem aspectos que permitem considerá-la uma profissão conforme Giuliani (1997):

“com efeito, o exercício dessa atividade requer conhecimentos e habilidades específicas, fornece à sociedade produtos indispensáveis e os produtores têm suas próprias associações. Entretanto, as características que identificam empírica e historicamente os indivíduos que se dedicam à produção agrícola não expressam nenhum reconhecimento social no sentido da profissionalização, nem os agricultores têm demonstrado uma clara identidade profissional.” (GIULIANI, 1997, p.106-107).

Assim, os agricultores têm transformado sua identidade profissional na competitividade estabelecida nas relações com o mercado, no reconhecimento de valores culturais e socioambientais e na busca de alternativas ecológicas para o uso do território.

É a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, concomitante à interiorização das indústrias e à modernização da sociedade urbana e rural que a teoria da urbanização analisa a integração destes dois espaços através das trocas cada vez mais intensas entre a sociedade urbana-industrial e as pequenas aldeias rurais. Para Carneiro (1998) essas abordagens opunham o rural ao urbano como duas realidades distintas, normalmente, definidas uma em negação a outra. Com base em critérios meramente descritivos informados pelo paradigma que associa o rural ao agrícola e ao atrasado e o urbano ao industrial e ao moderno.

Contrapondo a visão dicotômica do *continuum*, Carneiro (1998) sustenta a necessidade de proceder análises mais específicas do rural, centradas nas relações sociais que se desenvolvem a partir de processos de integração das aldeias à economia global. Esse processo em vez de diluir as diferenças, pode propiciar o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a uma localidade. As territorialidades seriam a base sobre a qual os valores culturais e socioambientais realizariam a interação entre o rural e o urbano de um modo específico, ou seja, mantendo uma lógica própria que lhe garantiria a manutenção de uma identidade.

Nessa perspectiva, as transformações do território rural provocadas pela intensificação das trocas com a cidade (pessoais, simbólicas, materiais) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural. Essas mudanças

de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados e não implicam uma ruptura decisiva de sua identidade original.

Os espaços públicos da cidade privilegiam as práticas sociais, na medida em que assumem papéis diferentes e socialmente diversificados. Conforme Costa (2004), as práticas espaciais operam como verdadeiros processos de produção de territórios dentro do espaço da cidade. Nesse processo há a participação dos agricultores na tomada de todas as decisões que tenham a ver com a produção, a comercialização, a organização do trabalho, contribuindo com a maior democratização da sociedade rural, favorecendo a auto-estima e certamente reconfigurando as identidades.

Diante desse universo social (território rural) no qual a cidade e o campo são formas interligadas ocorre o esvaziamento das fronteiras provocadas pela mobilidade física e social entre os valores urbanos e rurais. Essa relação representa a interdependência mercantil e a construção de novos valores culturais e socioambientais na sociedade.

Então se, de fato, certas ocupações adquirem o estatuto de profissão porque se fundam em atividades especializadas e requerem conhecimentos organizados, segundo corpos teóricos, exigindo preparo e prática, pode-se então dizer que grande parte dos produtores rurais, tradicionais e modernos, é profissional.

No entanto, além desses requisitos, uma profissão requer que suas atividades sejam reconhecidas úteis à sociedade e exercidas de acordo com um código de ética que regule as relações entre profissionais e clientes. O poder de estabelecer o que é bom ou mau para os seus usuários, atualmente cabe a uma minoria, justamente os agricultores alternativos.

Para tanto, vai-se debater como a emergência dos valores sobre o meio ambiente pode modificar a base técnica da agricultura familiar, transformando o sistema produtivo e interferindo no modo de vida desses atores envolvidos no processo da ruralidade.

1.3.3 Fortalecimento da temática ambiental

A dimensão ambiental envolve as bases das belezas naturais, fontes de energia e biodiversidade expostas no sentido de torná-las cada vez mais valiosas à qualidade da vida da sociedade moderna. Segundo Veiga (2004), foi no período mais recente da globalização que o alcance das responsabilidades cívicas, sobre as condições naturais para o desenvolvimento humano, passou a fazer parte da agenda das relações internacionais.

O contato com a natureza é valorizado por um sistema de valores alternativos, neoruralista, antiprodutivista, entre outros. O ar puro, a simplicidade da vida, e a natureza são vistos como elementos purificadores do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. A paisagem rural passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência. Percebe-se a procura crescente de formas de lazer associadas ao território rural e meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade que, para Carneiro (1998), são os novos valores da sociedade sustentados na procura da proximidade com a natureza e da vida no campo. A sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições vida nos grandes centros.

Esse tipo de perspectiva se formou, para Giuliani (1997), em contraposição ao processo de modernização e se desenvolveu entre os agricultores, que passam a ter interesse em adotar práticas alternativas e a recuperar saberes dos sistemas tradicionais, combinando-os com os conhecimentos das ciências naturais e agronômicas.

Não por acaso, os métodos e as técnicas das agriculturas alternativas fundamenta-se em princípios que constituem todo um sistema que se pretende coerente no plano econômico-produtivo e filosófico-cultural, vis a um mundo sustentável.

Além disso, à medida que se intensificam os intercâmbios entre esses agricultores e o conjunto da sociedade, e esta também se torna mais sensível à questão ambiental, tais procedimentos agrícolas alternativos estão sendo introduzidos aos poucos nos sistemas de agricultura moderna, empresarial e familiar. Nesses casos, a generalização não responde somente a intuítos simbólicos ou demonstrativos de atitudes

politicamente corretas para ganhos de marketing, mas, grande maioria, deve-se às estratégias econômico-produtivas e ao aumento da produtividade e lucros.

Essas correntes, ao difundirem seus fundamentos e diretrizes práticas da agricultura alternativa, mesclam-se e assumem formas híbridas, ora enfatizando dimensões tecnológicas, ora aspectos ecológicos ou sociais. Para Giuliani (1997), os novos sistemas que estão sendo experimentados, sobretudo a partir da agricultura familiar, ainda não bem-definidos, mas que, com certeza, se afastam dos critérios da agricultura moderno-industrial.

Agricultores e pesquisadores têm chegado, por diferentes caminhos, a um conhecimento novo. Segundo Canuto (2003), a pesquisa institucional mostra um alcance extremamente limitado para a mudança dos sistemas agrícolas locais. Enquanto isso, organizações da sociedade e agricultores, mesmo que fracamente municiados de rigor científico, têm aumentado nos últimos anos conhecimentos que permitem aplicações úteis na transformação social e ecológica de sua realidade.

O chamado “movimento de agricultura alternativa” projeta, para Moreira (2004), a idéia de que a função da agricultura não se limita ao aspecto econômico da produção de alimentos e matérias-primas, contribuindo para um melhor equilíbrio social, ao servir de instrumento de fortalecimento da pequena propriedade, e não de sua exclusão, ao favorecer a diminuição do êxodo rural e pelo não uso de insumos químicos, fortalecendo assim, as diversas dimensões da agricultura.

Essa prática questiona a agricultura produtivista, exigida pelo modelo desenvolvimentista da revolução verde, baseada no uso intensivo dos recursos naturais, de insumos sintéticos e excludente de mão-de-obra. A agricultura agroecológica, derivada de uma prática histórica, sistematizada em várias correntes desde o final do século passado, na atualidade se inscreve no contexto da agricultura sustentável, buscando outros paradigmas em um modelo de produção agrícola e social, cuja potencialidade decorre da compatibilização de práticas tecnológicas com as complexas relações ecológicas e sócio-econômico-culturais.

A agroecologia acumula conhecimentos de muitas origens, que para Canuto (2003), constituem um verdadeiro estoque de alternativas para responder às mais diferentes realidades e aos mais diversos problemas técnicos e sociais. O referido autor

baseia-se no conceito de Stephen Gliessman e Miguel Altieri: “A Agroecologia é entendida como um campo de conhecimento transdisciplinar, que dá base à aplicação dos princípios ecológicos ao desenho e manejo dos agroecossistemas sustentáveis” (CANUTO, 2003, p.137).

Sendo assim, tem-se a clareza de que a agricultura ecológica e a agricultura orgânica, entre outras denominações, conceituais e empíricas, são o resultado da aplicação de técnicas e métodos diferenciados. Para Caporal e Costabeber (2004) os preceitos agroecológicos estão:

“normalmente estabelecidos de acordo com regras que orientam a produção e impõem limites ao uso de certos tipos de insumos e liberdade para o uso de outros, mas não precisam estar atrelados às premissas básicas e os ensinamentos fundamentais da Agroecologia, basta que se tenha um projeto que defenda o equilíbrio dos elementos que envolvem o processo produtivo e as relações sociais” (CAPORAL E COSTABEBER, 2004, p.134).

Esse movimento, que se inicia de forma tímida no Brasil na década de 1970, expande-se e encontra a sua legitimidade na divulgação do pensamento ecológico. Entre os seus efeitos, destacam-se a ampliação das possibilidades de trabalho para a população rural, até então dedicada (ou entendida) como exclusiva à agricultura.

Depreende-se, então, que a ruralidade é um conceito que pressupõe a heterogeneidade dos territórios, compreendida como manifestações de identidades sociais associadas ao mundo rural. Agregados sob essa categoria analítica, os conceitos de urbano e rural passam a ter diferentes entendimentos e ocupações na análise, vistos como categorias territoriais que representam a vida social da dinâmica da ruralidade.

Os conceitos interpretados têm uma correspondência muito grande com a realidade, há uma transição entre um e outro, os fenômenos estudados representam a multiplicidade de elementos que os conceitos carregam, cada perspectiva impõe uma análise diferente.

CAPÍTULO 2. FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ARROIO GRANDE

Na primeira etapa deste capítulo, resgatam-se as origens da agricultura familiar no distrito de Arroio Grande, demonstrando as transformações econômicas, culturais e socioambientais que interferem no modo de vida das famílias rurais, para isso buscam-se informações na história do município de Santa Maria e da Quarta Colônia da Imigração Italiana, abordando a formação do núcleo colonial de Arroio Grande.

Na segunda parte do capítulo, a análise centra-se sobre os aspectos da integração mercantil, procurando demonstrar que a mercantilização crescente dos colonos os conduziu a uma dependência do mercado, é nesse cenário que surge a agricultura familiar, como apontado em trabalhos anteriores (Abramovay, 1992; Schneider, 2003; Plein, 2003; Conterato, 2004). Assim, ao ampliar a interação mercantil com o ambiente social e econômico, os agricultores ampliam também, suas relações de dependência com o ambiente externo, o que resulta um processo de reprodução social, significativamente, distinto daquele vivido pelos colonos, pois as atividades no território rural passam representar o status de profissões empresariais, e que cada vez mais, exigem capacitação e especialização sobre o serviço que será prestado, seja ele agrícola ou não.

Na terceira parte do capítulo, trata-se da revalorização da cultura italiana na inserção dos elementos da vida no campo em atividades mercantis dos agricultores, revelando novas oportunidades para o território rural: a sombra da árvore, o ar despoluído, o cantar dos pássaros na manhã, o silêncio no fim de tarde, a cuca da nona, o pão caseiro, o produto sem agroquímicos. Enfim, são os pequenos prazeres do dia-a-dia vivenciados pelos ocupantes do meio rural, que passam a ter um novo olhar da sociedade.

Na quarta parte, apresentam-se as estratégias de reprodução que os produtores adotam para sua sustentabilidade, construindo alternativas ligadas ao território, se apropriando do discurso moderno e criando novas relações e formas de trabalho, mantendo a atividade agrícola como a principal fonte de renda. Afirma-se que as mudanças técnicas, produtivas e socioambientais desencadeiam transformações na profissionalidade do agricultor.

2.1 OCUPAÇÃO DA REGIÃO CENTRO DO ESTADO E A IMIGRAÇÃO ITALIANA

A ocupação territorial do sul do Brasil inicia no século XVII e amplia-se ao longo dos séculos XVIII e XIX, obedecendo a uma série de políticas do governo imperial que objetivaram a colonização de regiões despovoadas e estrategicamente importantes à consolidação de sua base econômica e político territorial.

Identificam-se quatro correntes que definem a ocupação territorial e social no Rio Grande do Sul, conforme Anjos (2003), a primeira e mais antiga região surgiu no próprio território, conhecida como “missioneira”, atingiu seu apogeu no século XVIII, estando associada à participação de jesuítas europeus e de indígenas locais à constituição das reduções.

A segunda corrente compreende a zona da campanha ou pampa Rio-grandense. Quase metade do território foi ocupado por militares e soldados, com o intuito oficial de consolidar fronteiras, e também por um grande número de exilados castelhanos e portugueses, por aventureiros, escravos e aborígenes que migraram para essa área. Os índios exterminados pela chegada dos portugueses e espanhóis deixaram uma grande quantidade de gado que se reproduziu de maneira selvagem nos campos dos pampas, provocando o interesse pelas terras até então devolutas.

À medida que se consolida a exploração pecuária no Rio Grande do Sul, traçam-se rotas alternativas de acesso ao centro do país, e ao longo destas vias, vão se estabelecendo invernadas e povoamentos para descanso ou abastecimento das tropas. São estabelecidos os domínios portugueses na faixa litorânea que em seguida se interiorizam à região central do estado, ao longo do Vale do Jacuí.

A concessão de sesmarias e a construção de fortificações segundo Diesel (2001) acompanham o processo de ocupação portuguesa no território gaúcho e, por isso, avança de leste (litoral) para oeste (interior), proliferando estâncias onde o gado era criado extensivamente com o auxílio de peões.

A terceira corrente era formada por colonos açorianos que chegaram por volta de 1748 e 1772 ao Rio Grande do Sul, colonizando o litoral gaúcho e as terras próximas a

Porto Alegre. Essa ocupação foi importante para a formação dos primeiros núcleos urbanos e para o fomento de atividades artesanais, pois o governo buscava constituir um setor complementar à atividade exportadora.

A quarta corrente por colonos oriundos de países não-ibéricos, que consolidam sua participação na produção de alimentos e na criação de pequenas indústrias rurais; instalam-se inicialmente no nordeste do estado e posteriormente em outras partes do território gaúcho (ANJOS, 2003).

A região centro se destaca ao constituir-se fronteira, núcleo religioso e comercial, numa época de expansão econômica da pecuária. Belém (1989) descreve que, ao povoado de Santa Maria, migravam pessoas das mais diversas origens: desde o interior de São Paulo até indivíduos provindos do Uruguai e Paraguai. No caso de Santa Maria fica evidente a dominância do estancieiro e uma pequena representação de colonos açorianos, assim como a presença militar e da atividade comercial.

Segundo Diesel (2001) em 1885 conclui-se o trecho da ferrovia Santa Maria–Porto Alegre e, em 1907, o trecho Santa Maria-Uruguaiana e, em 1910, Santa Maria–Erechim. Dessa maneira, o município passa a comunicar-se diariamente com essas localidades, nas direções leste, oeste e norte, significando a superação das restrições de transporte. Nesse período, para Belém (1989), outros fatores reforçam o dinamismo econômico da cidade favorecido pela ferrovia, pois esta passa a constituir o pólo de comercialização da produção colonial e o núcleo político-administrativo-educacional, com a criação de importantes estabelecimentos educacionais.

A transferência de várias unidades militares para a cidade, a inauguração do hospital de caridade, o surgimento de uma forte rede hoteleira e a concentração de uma série de repartições públicas, segundo Costabeber (1998), são outros condicionantes de um crescimento populacional e econômico do município, proporcionando a qualificação da infra-estrutura urbana em termos de comunicação (via telégrafo), iluminação pública, saneamento, informação e lazer.

O conjunto das mudanças observadas repercutiu basicamente como expansão do mercado, pois se verificava tanto um aumento no potencial de consumo local quanto a possibilidade de acesso ao mercado regional através da estrada de ferro. Assim, um dos

traços mais significativos do período é a ampliação do comércio, orientado seja ao estabelecimento local, seja à exportação para o mercado regional e nacional.

A cidade de Santa Maria tornava-se então, um dos pólos comerciais mais importantes do estado, conforme Costabeber (1998), pois o esforço dos comerciantes de origem lusa, alemã, judia, libanesa e italiana fez com que aumentasse o número de estabelecimentos especializados.

Próximo e interdependente do município de Santa Maria se desenvolve a Quarta Colônia de imigração italiana que abrigou a primeira leva de imigrantes em 1878, que se instalavam em barracões e formaram a Colônia de Silveira Martins. Após dois anos do início da colonização na área, começaram as vendas de alguns produtos agrícolas dos italianos em Santa Maria, permitindo o acúmulo de capital voltado ao pagamento dos lotes. Os produtos comercializados eram o feijão, o milho e o arroz com casca. Saquet (2003) registra que, nas pequenas propriedades, os agricultores extraíam o sustento de suas famílias praticando a policultura e a criação de animais, com trabalho familiar e técnicas rudimentares e primitivas. A comercialização era feita a partir da mediação estatal e do mercado interno, promovendo uma circulação simples de mercadorias.

Como grande parte desse comércio destinava-se à transação de produtos agropecuários, tal fato, propiciou o desenvolvimento da agricultura colonial. A expansão das colônias, por sua vez, evidencia sua bem-sucedida inserção na economia local e via inserção mercantil em Santa Maria. A abertura das vias de acesso motivou o rápido estabelecimento de uma rede de comercialização da produção colonial.

O aumento de produção agrícola nos cultivos de trigo, arroz, milho e fumo em folha foi decorrente de algumas inovações técnicas, mas, principalmente, em razão do aumento da área cultivada e não da produtividade. Para Saquet (2003), nesse período a expansão de terras ocorre nas localidades próximas a Silveira Martins, como Arroio Grande, Soturno, Vale Vêneto e Núcleo Norte.

Ao mesmo tempo em que os núcleos coloniais se desenvolvem, criam-se entrepostos comerciais em estações de embarque, como Camobi, Arroio do Só, Dilermando de Aguiar, Boca do Monte e Val de Serra, promovendo nova polarização do povoamento no espaço rural e, viabilizando o escoamento da produção agropecuária estabelecida nas redondezas.

As primeiras formas de comércio nas colônias surgiram em função dos subsídios distribuídos aos colonos e suas respectivas famílias durante o período inicial. Com base no incremento da produção agrícola, as casas comerciais passam a se disseminar, estas eram responsáveis pela troca, transporte e venda dos produtos coloniais nos centros urbanos e traziam os produtos manufaturados para a colônia, era um intermediário comercial em nível da localidade.

Assim, a rede de comerciantes regulava o transporte, determinava o preço de compra e venda, adiantava produtos manufaturados, os quais, posteriormente, eram ressarcidos com produtos agrícolas. Para Neumann e Diesel (2004), o progresso estava, de certo modo, subordinado ao comércio, e foram esses comerciantes que conseguiram acumular mais capital no período colonial, pois teriam se beneficiado construindo agroindústrias de farinha e de arroz, que industrializavam a matéria prima vinda das colônias a preços baixos.

Para os colonos a produção de orientação comercial se fez, via de regra, com base nos mesmos procedimentos técnicos utilizados na produção de subsistência. Desde o século XIX, pode-se observar a iniciativa de melhoramento das técnicas de produção, sobretudo no caso dos produtos mais valorizados, como o fumo e o arroz, que se diferenciam tecnicamente com introdução de variedades e aperfeiçoamento de técnicas de cultivo e beneficiamento, produzidos para exportação.

Assim, cada localidade passa a observar as condições geográficas para a melhor utilização da terra. Verifica-se uma grande tendência à especialização de produtos, diferenciando a realidade em cada núcleo da colônia de Silveira Martins. Segundo Saquet (2003) os núcleos coloniais sempre apresentaram dinâmicas próprias, o patrimônio sociocultural foi um fato que contribuiu à constituição de pequenas manufaturas: atofonas de farinha de milho, engenhos de farinha de mandioca e açúcar, alambiques, cervejarias, charqueadas, serrarias, marcenarias, olarias (louças, tijolos, telhas), ferrarias e até pequenas usinas hidroelétricas (SAQUET, 2003). Tais atividades, combinadas à policultura e pecuária, caracterizavam o caráter pluriativo e diversificado de muitas unidades familiares.

Embora a agricultura fosse próspera, isso nem sempre significava riqueza dos agricultores, uma vez que a distribuição da riqueza gerada não era, geralmente,

igualitária. Neste sentido, um processo significativo na época em questão se refere à apropriação do excedente pelo comerciante local, do qual o agricultor era dependente. Esse comerciante tirava seus ganhos ao vender mais caro os alimentos e insumos que o agricultor necessitava e pagava menos pelos produtos que o agricultor lhe vendia.

A fase histórica da economia colonial, com as famílias articuladas em torno das economias locais, se esgota por volta da metade do século XX, em decorrência de um conjunto de fatores:

“a crise da fertilidade da terra, as restrições legais impostas ao funcionamento das agroindústrias coloniais e, principalmente, a fragilização dos agentes comerciais tradicionais, e a imensa malha de casa comerciais começou entrar em decadência devido à fundação de grandes estabelecimentos comerciais e industriais e à formação de uma rede de compradores que buscavam os produtos nas propriedades agrícolas” (NEUMANN E DIESEL, 2004, p.41).

A crise econômica devido à decadência da produção de alfafa⁶ e a baixa produtividade de outros produtos fazem com que muitos dos numerosos filhos dos colonos migrem para tentar a vida na cidade. A localização inicial preferida foi o bairro Nossa Senhora das Dores, nesse bairro, por longo tempo, o comércio era quase todo italiano, e a língua mais falada era o dialeto de Veneto. No novo mercado de trabalho, uns se tornaram operários, especialmente da Viação Férrea, outros profissionais liberais, a maioria era comerciantes de pequeno porte que exploravam o ramo de secos e molhados, estes fornecidos pelos núcleos coloniais. Assim Neumann e Diesel afirmam que:

“nestas circunstâncias as famílias de agricultores da região colonial restavam as seguintes opções: permanecer e aproveitar as políticas públicas em favor da modernização tecnológica da produção agrícola, introduzindo novos cultivos e novas técnicas de produção (com utilização de adubos para a recuperação da fertilidade do solo, por exemplo) ou migrar para as cidades próximas ou fronteiras agrícolas” (2004, p.43).

⁶ Na metade da década de 1950 acontece um decréscimo na demanda da alfafa, como consequência da motorização do exército e surgimento da indústria automobilística, que até então era um produto valorizado, pois servia como principal alimento para a cavalaria do exército. Segundo Diesel (2001) a localidade de Três Barras em Arroio Grande chegou a ser a maior produtora de alfafa da América Latina nesse período.

2.2 MERCANTILIZAÇÃO AGRÍCOLA: DE COLONOS A AGRICULTORES PROFISSIONAIS

As abordagens acima mostram que o direcionamento dos agricultores para o mercado consumidor, a dificuldade de circulação da produção e a dependência que os agricultores estabelecem com empresas agroindustriais configuram a identidade do agricultor profissional, que “abandona” suas características originais de colono para manter-se num mercado agroexportador.

Nessas condições emerge um outro tipo de agricultura: a lavoura empresarial. Esse processo de transformação do sistema da colônia constitui-se, fundamentalmente, em uma alteração nas técnicas produtivas e no tipo de produção agrícola até então vigente, com significativa diminuição da produção para o autoconsumo e ampliação das áreas destinadas à produção para o mercado.

Em decorrência disto, ocorre um processo de especialização produtiva (ligadas a agroindústrias), destacando-se os cultivos mais rentáveis como fumo, soja e arroz. Com solos já relativamente degradados, com a fertilidade natural reduzida, devido à utilização intensiva dos solos nas décadas anteriores. Sem a possibilidade de desmatar novas áreas, mantêm-se a intensidade de uso e a fertilidade do solo mediante adubação química e a introdução de outros insumos de origem industrial.

Inserido neste processo produtivo, a especialização e profissionalização do colono passa a ser inexorável, a partir de um envolvimento gradual com o mercado de sementes e insumos agrícolas (fertilizantes, pesticidas, etc.). Isso não significa que esses agricultores abandonaram completamente a produção de subsistência, entretanto, a finalidade principal da produção passa a ser o mercado, e essa produção para o mercado é que reorienta o processo produtivo para atividades especializadas.

É interessante observar como o consumo interno pesa nas despesas da família (inicialmente tudo era produzido na propriedade). A queda nos preços dos produtos agrícolas e o aumento do preço dos insumos levam os agricultores a uma verdadeira quebradeira devido à falta de créditos subsidiados, à falta de capital de giro e às dificuldades de escoamento da produção.

A dependência de fatores externos ligados ao paradigma da agricultura moderna, como o crédito, mercado de insumos e produtos, assistência técnica, faz com que o agricultor esteja em constante alerta à possível crise. Como afirma Gislaine Cecchin “Nós quando começamos foi assim, meu pai plantava fumo, daí vinha àquelas enchentes, nossas terras eram baixas, levava tudo e aí só ficava com dívida, dívida, dívida” (entrevista 6).

Os produtores percebem as diferenças entre os sistemas produtivos, como a passagem do fumo para a produção de horta e agroindustrialização, pois sabem para quem estão produzindo e reconhecem que essa maneira de produzir prejudica menos o meio ambiente, contudo ressaltam que o trabalho é maior, principalmente, para os produtores de hortaliças, pelo fato de o trabalho ser contínuo; o trabalho para feiras exige um cuidado ininterrupto, ao contrario da lavoura do fumo, soja, arroz, que alterna períodos mais intensos (plântio e colheita) com meses de relativa tranqüilidade.

Assim, entende-se o processo de mercantilização da agricultura como a situação de crescente interação das famílias com o mercado. Há uma complexificação da divisão social do trabalho, como afirmam Plein (2003) e Conterato (2004). Para esses autores, a complexificação ocorre por intermédio do incremento das relações mercantis, via comercialização do produto e prestação de serviços, reorganizando as formas de trabalho e, assim conformando relações típicas de uma economia capitalista. Contudo, como afirma Plein (2003), a mercantilização não ocorre de forma homogênea, porque cada indivíduo ou, neste caso, agricultor e sua família, estabelecem distintas formas de oferta e distribuição do produto.

Neste sentido, recorre-se a contribuição de Abramovay (1992), em que o autor afirma que a agricultura familiar tenderá se distinguir mais do campesinato (e demais formas sociais que a ele se assemelham), quanto maior for sua interação com o ambiente social e econômico, em que é visível a impessoalidade das relações mercantis.

“Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência

convertem-se em normas e condição da reprodução social” (Abramovay, 1992, p.126-127).

O processo de mercantilização altera não só as relações de trabalho e produção, mas também o ambiente social e econômico – o território – em que estão situadas as unidades familiares. Portanto, quanto maior for o grau de mercantilização em um determinado território, mais forte tenderá a ser a pressão para que o conjunto das relações sociais siga este mesmo padrão de funcionamento.

Nas transformações no sistema da colônia e, conseqüentemente, no sistema empresarial, identificam-se diversos fatores da modernização da agricultura, caracterizada pelo processo denominado de revolução verde.

Porém, essas mudanças não foram suficientes para sustentar e manter a família rural. Assim, tem-se um novo cenário para a agricultura familiar que compreende todo o território rural e não somente as transformações técnicas e produtivas do produtor rural, um espaço de novas relações de trabalho e oportunidades de resgate e manutenção da cultura e local. Então “da crise nasce à ocasião de um modelo alternativo estrategicamente não previsto, surgido espontaneamente e que assente na procura de novas margens de autonomia econômica e social” (REIS, 1992, p.87).

O distrito de Arroio Grande e suas localidades, assim como os demais municípios da região central necessitavam de caminhos alternativos, para os quais, infelizmente, as políticas emancipatórias ocorridas a partir da década de 1950 não tiveram propostas concretas e não obtiveram resultados na solução de problemas.

Assim, os restos da mata nativa e da arquitetura da colônia italiana são resultantes do estancamento econômico e não fruto de um processo de conscientização do papel dessas referências para a sociedade. Esses valores preservados ao longo da história da colônia de Silveira Martins são reapropriados pelas novas gerações, construindo, assim, às alternativas capazes de fomentar um desenvolvimento territorial local baseado na ação da comunidade, nos elementos da paisagem rural, nas relações com a Quarta Colônia e com Santa Maria.

2.3 ARROIO GRANDE: PORTAL DA QUARTA COLÔNIA⁷

Com a emancipação municipal de Silveira Martins em 1988, tem-se o desenvolvimento de um conjunto de ações de animação sociocultural articuladas, tanto em nível social (comunitário) quanto político, e que se formalizaram no Projeto Identidade⁸. A discussão regionalizada envolveu o conjunto das localidades históricas e municípios que formam a Quarta Colônia, juntamente com os distritos de Santa Maria (Arroio Grande e as localidades de São Marcos e Três Barras).

Então, com novos e diferentes projetos, tem-se buscado resgatar as tradições e os valores esquecidos da cultura italiana, como forma de reconstruir a identidade do produtor rural, que passa a ter outras funções para a sociedade. A manutenção da cultural pelos agricultores não é incompatível com a modernização da sociedade. Para Carneiro (1998), é uma nova fase, com novos objetivos, que podem incluir o que anteriormente era tido como “tradicional” e “atrasado”.

Os descendentes de imigrantes se autodenominam italianos invocando, invariavelmente, o cultivo do árduo trabalho pesado, tendo a fé cristã como suporte nas adversidades e a família como uma forte instituição. Em relatos e narrativas da história de vida dos imigrantes faz-se uma recriação romântica do passado enaltecendo os italianos, como homens e mulheres valentes e empreendedores. Para Zanini (1999), estes elementos são extremamente importantes na construção de uma identidade positiva, indiscutivelmente, a de auto-estimar-se.

“É claro que a maior parte dos informantes é descendentes de agricultores, imigrantes que vieram desbravar o RS, tendo recebido terras, em média de 20 hectares por família e na sua maior parte, difíceis de cultivar, o que fortalece muita a narrativa em estilo trágico. Na região de Santa Maria este é o retrato da imigração e colonização, onde o passado tem

⁷ Este título tem sido atribuído pela mídia e instituições, pode-se visualizar a chamada no anexo B: *Portal da Quarta Colônia*, com fotos e textos atrativos para fomentar o turismo local. Jornal A Razão, 2004. 03 de outubro.

⁸ Projeto de valorização da cultura local da Quarta Colônia, criado pelo professor Jose Itaquí, é financiado pelo CONDESUS - Consórcio de Desenvolvimento Sustentável para a Quarta Colônia. Existem alguns trabalhos publicados na forma de jornais e folhetos informativos, livros sobre a biodiversidade da região e sobre a identidade patrimonial da Quarta Colônia. Na reportagem: Aos 125 anos, Quarta Colônia quer reencontrar seus caminhos encontram-se mais informações. Disponível on line: [Http://quartacoloniaitaliana.vilabol.uol.com.br/](http://quartacoloniaitaliana.vilabol.uol.com.br/) acesso dia 23 de maio de 2004.

o tom dos sacrifícios enfrentados pelos antepassados e é narrado como uma epopéia”. (ZANINI,1999, p.262).

Há pouco tempo, ser italiano era sinônimo de colono, e isto significava atraso, rudeza e falta de civilidade, conforme analisa Zanini (1999). Foi a partir do movimento de reivindicação identitária que esta auto-imagem se transformou e assumiu novos contornos, resgatando e valorizando hábitos, a língua e o sentimento de um pertencimento étnico.

A partir de então, pode-se dizer que a categoria colono e a categoria de italiano deixaram de ser fonte geradora de estigma, e a memória desses imigrantes passou a ser valorizada, sanando muitas feridas oriundas da Era Vargas, quando foram proibidos de falar suas línguas, obrigados a trocar os nomes de seus empreendimentos, a adotar costumes brasileiros, e tantos outros fatos decorrentes de um período tumultuado no Brasil⁹.

Entretanto, a cultura italiana permanece, principalmente entre as pessoas mais idosas da comunidade, que mantêm presentes os valores e as lembranças, conforme relata Zanini (1999):

“Considero as narrativas desses imigrantes sobre a imigração e a colonização, elemento fundamental na construção da identidade Ítalo-brasileira e, também, para a sobrevivência de uma identidade grupal e coletiva. A italianidade, sentimento de pertencimento e auto-identificação, é, de acordo com os informantes, uma mescla de natureza e cultura, pois definir-se italiano significa, além de nascer de pais italianos, ou seja, ter sangue italiano, compartilhar, também, de determinados símbolos como a culinária, a língua (e os dialetos), o apego à família, a fé, a apologia ao trabalho e uma maneira peculiar de enfrentar a vida” (ZANINI, 1999, p.263).

O trabalho pesado de ocupação e estruturação da comunidade (colônia) ainda é vivido hoje quando se remete às histórias da colonização, dos antepassados e do árduo trabalho realizado. A vida para alguns parece não ter mudado muito, mesmo possuindo mais oportunidade e facilidades - infra-estrutura, meios de comunicação - o trabalho de horta e da feira continua pesado, e muitos agricultores que lidam sozinhos com a

⁹ O livro *Mordaça Verde e Amarelo: imigrantes e descendentes no Estado Novo e Senza Ritorno a Emigração Italiana no Brasil*, será lançado em comemoração dos 130 anos da imigração italiana no RS e aos 60 anos do fim da Segunda Guerra Mundial. Possui artigos que retratam as conseqüências da política varguista em Santa Maria e outras regiões da colonização italiana.

produção, pois os filhos já não estão mais residindo na propriedade, ou possuem outro emprego fora.

Nas entrevistadas pode-se perceber a preocupação continuidade do trabalho e dos costumes pelas novas gerações, que tem priorizado o estudo e, muitas vezes, nem sabem lidar com a terra. Anaide Quidolin relata “a impossibilidade da sobrevivência do colono, da continuidade do trabalho aprendido no decorrer da vida, seu maior legado, por não ter quem prossiga” (entrevista 7). Para as novas gerações, a identidade com o trabalho mudou, hoje os valores são outros, trabalha-se para ter mais conforto, para Elza Quidolin “a grande parcela de jovens que nasceram em Arroio Grande já não estão mais residindo nas suas propriedades”. Os que permanecem na propriedade são ainda estudantes, trabalham em órgãos militares ou atividades fora da agricultura, próximas ao distrito de Arroio Grande, podendo deslocar-se diariamente. “Mas a renda é para uso particular, pois não ajudam nas despesas da família” (entrevista 8).

Para o agricultor, a propriedade é o lócus familiar permeado por significados e valores, especialmente a partir das relações domésticas, do trabalho e da produção. Na propriedade está o sentimento afetivo, de ter nascido e se criado no território, de ter vínculo com a terra e estar ligado à natureza e aos processos de nascimento, crescimento e morte das plantas e animais. Essa satisfação, encontrada no trabalho, é explicada por Brandenburg (1999), como atributos da lógica familiar reafirmados cotidianamente. Essa vivência tende a se diferenciar, entre os membros da família, de acordo com faixa etária, profissionalização e interesses.

Alguns jovens mesmo que procedendo de família bem sucedida procuram fontes de renda fora da propriedade por varias razões, entre elas ter acesso a direitos previdenciários, estudos ou a identificação com o estilo de vida urbano o que explica a não continuidade do trabalho.

Entretanto, permanecer no campo, nos seus estabelecimentos agrícolas, mesmo quando exercem outros tipos de trabalho possibilita-lhes manter um ponto de referência e pertencimento, conservar as redes sociais de parentesco, os laços com a localidade, com a memória social, manter vínculos como a propriedade, a casa, a horta, a comunidade.

Mesmo preservando a cultura italiana, a Quarta Colônia não contribui significativamente para o desenvolvimento territorial local de Arroio Grande, os agricultores não participam das ações coletivas ligadas aos projetos culturais, pois suas estratégias estão vinculadas aos interesses da família - o mercado consumidor da cidade. Como André Pozzobon afirma “na verdade, Arroio Grande se identifica mais com Santa Maria, porque eu classifico que Santa Maria não foi excluída da Quarta Colônia. Santa Maria acabou se excluindo da Quarta Colônia muitos anos atrás, por problemas políticos porque a Quarta Colônia está mal organizada”. Para o agrônomo e agricultor:

“era para a Quarta Colônia ser um pólo turístico como Bento, Caxias, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi e outras. A quarta colônia tem muito que aprender com a primeira, a segunda e a terceira colônia, porque eles vieram com pouco tempo de diferença, dos nossos italianos daqui, foram dois, três anos de diferença e o que eles tem hoje lá é 30, 40, 50 aos adiantados da quarta colônia” (entrevista 5).

Arroio Grande é um ponto de passagem para quem se desloca até Silveira Martins, sede da Quarta Colônia. No caminho da cidade até o distrito são percebidas diferenças na paisagem, a baixa concentração de casas, na maioria sítios e chácaras de lazer, que se misturam às propriedades agrícolas. As características tipicamente rurais, como a horta ao lado da casa, o galpão, o potreiro ou chiqueiro, a lavoura ao fundo, não são visualizadas nas propriedades para o lazer, no máximo encontra-se um pomar, ou um jardim. Passeando nesses caminhos, durante dias de semana, percebe-se que há pouco movimento, é na sede do distrito que se encontra uma concentração de casas, uma pequena vila, a igreja, o salão de festas, o bar da esquina, o posto médico, o posto policial, a subprefeitura, algumas fábricas de facas, restaurantes, todos estão muito próximos, mostrando um adensamento dos serviços.

Mais distantes estão os campings e as trilhas ecológicas, nas localidades mais isoladas, os agricultores permanecem com a lavoura vinculada às agroindústrias do fumo, pois o deslocamento até a cidade é difícil, as estradas são precárias, e a empresa dá toda a assistência necessária para a produção. Essas diferenças espaciais repercutem na economia familiar, nos interesses e estratégias dos agricultores, optando por diferentes atividades, que não puderam ser analisadas em sua totalidade nesse estudo.

Observa-se um movimento de reorganização da capacidade produtiva da população residente no campo, que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola (e revitalização de antigas formas de trabalho) que, para Carneiro (1997), são uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante. Não se trata, portanto, para a autora, de um processo inexorável de descaracterização dos núcleos rurais, mas de sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais.

Assim, na atualidade, o território rural assume múltiplas funções, como lazer, turismo, residência para trabalhadores urbanos, ou prestadores de serviço no comércio e na indústria.

Mostrando uma face diferente deste cenário, a agricultura familiar chama toda a atenção para si. A função do campo se modifica no processo da ruralidade, de reserva social para reserva cultural. Além disso, há a consideração do rural como valor estético, no qual esta dimensão pode sobrepor-se à econômica, o que apontaria para a possibilidade da condição de o colono não ser considerado um arcaísmo a desaparecer, mas ser reconhecido como especificidade na valorização da diferença.

2.4 AS ESTRATÉGIAS QUE TRANSFORMAM O TERRITÓRIO

A dinâmica observada no território é o retorno da diversificação de cultivos e serviços e, principalmente, de um sistema que deixa de ser eminentemente agrícola, passando a atribuir novas funções, configuradas numa identidade mais autônoma, consolidada e flexível do agricultor.

As recentes emancipações municipais e o crescimento de suas sedes garantem um mercado consumidor local, que passa a ser abastecido por agricultores, na venda direta de produtos. São pequenos núcleos de consumidores, aqueles que deixaram de produzir e se ocupam de outra atividade, moram na sede do distrito, numa localidade próxima e no centro de Santa Maria.

A comercialização direta representa uma forma de alternativa de garantir a renda familiar. O agricultor vende seus produtos diretamente para os consumidores, de porta em porta, na feira da cidade ou mesmo para outros agricultores.

2.4.1 Ênfase na culinária caseira e colonial: as feiras do produtor rural

As feiras de comercialização direta representam uma oportunidade para os agricultores saírem de suas propriedades e da comunidade onde vivem para chegar até a cidade, oferecendo um produto de qualidade, mostrando o que sabe fazer. A partir dos espaços de feiras-livres e das relações e interações estabelecidas entre seus freqüentadores, percebe-se as diversas formas que compõem a dinâmica urbana. Vedana (2004) revela que um ato aparentemente simples, como a compra de alimentos, pode estar carregado de significados, que ultrapassam a razão prática, que o envolve no que tange à tessitura das relações sociais presentes na sociedade contemporânea.

Para Vedana (2004), a prática cotidiana de fazer a feira nos espaços públicos da cidade para adquirir o que será consumido no espaço doméstico representa inúmeros elementos simbólicos, acionados para explicar a freqüência ao território da rua, que podem situar-se desde a relação de confiança com o feirante a as formas de sociabilidade aí presentes, até uma idéia de pureza do alimento que está sendo adquirida, em função da possibilidade de tocá-lo, escolhê-lo, experimentá-lo com todos os sentidos, projetando-se já, de certa forma, a alquimia que irá processar no contexto da cozinha.

A feira-livre é o espaço onde se tem oportunidade de encontrar alimentos de alta qualidade, sem agrotóxicos, sem aditivos químicos e produzidos com base no conhecimento acumulado no local, possibilitando aos habitantes urbanos terem uma alternativa para melhorar a sua alimentação. São frutas, legumes, verduras, massas, melado, cachaça, mel, ovos, pães,ucas, bolos, roscas, queijos, embutidos, conservas, geléias, doces que passam a dividir a espaço com produtos prontos, congelados, enlatados, etc.

“Bajo este concepto, un alimento no puede reducirse a un simple compuesto de moléculas orgánicas procesadas industrialmente: también incorpora una importante carga simbólica movilizada a su vez en los procesos de construcción identitaria. El simple hecho de poder reconocer el origen de los alimentos, tener la seguridad de que su producción y procesamiento ha movilitado, o respetado, valores patrimoniales, significa, para el consumidor, el acceso a un servicio adicional que merece pagarse” (LINCK, 2001, p.5).

Nesta realidade torna-se também de responsabilidade do produtor rural o fornecimento de alimentos saudáveis aos consumidores, uma vez que produzir alimento sem veneno representa qualidade de vida e saúde, tanto para quem produz como para quem consome.

Como já exposto, a prestação de serviços e a comercialização de produtos são prioridades da economia familiar dos colonos italianos, que dependem do mercado local de Santa Maria. Os agricultores buscaram várias maneiras atingir a população de consumidores na cidade, alguns enfrentaram dificuldades, e dependiam do serviço feito por intermediários, comerciantes, donos das vendas.

A iniciativa da EMATER (Empresa de Assistência Técnica em Extensão Rural)¹⁰ em criar e desenvolver entre os agricultores a necessidade da colocação do produto na cidade, de forma organizada com qualidade, deu certo, a idéia foi seguida pela prefeitura de Santa Maria que através da secretaria do desenvolvimento rural, cadastrou cerca de 80 varejistas e 70 produtores e criou espaços para as feiras. Como informou o jornal local “as feiras livres e de produtores de Santa Maria, que já chegam a quase 30, têm crescido, nos últimos tempos, não só em números de feirantes envolvidos, mas também em qualidade” (Jornal A Razão, 2004. 04 de junho, p.10). Na reportagem aparece uma lista com o local e o dia da semana das feiras na cidade.

Os agricultores receberam cursos de capacitação e acompanhamento da prefeitura, assim como carteiras de identificação de feirantes, e possuem 21 espaços fixos disponíveis para a comercialização de seus produtos. (Jornal A Razão, 2004. 04 de junho, p.10). A situação dos agricultores é regularizada, pagam impostos para manter

¹⁰ A EMATER de Santa Maria organizou os espaços nas praças do centro da cidade para as feiras, disponibilizou mesas para a venda dos produtos, caixas para carregar a carga e realizou um cadastro dos agricultores interessados. A reportagem com as informações encontra-se no anexo C.

sua localização, possuem um local determinado para se estabelecer. Diferente de alguns anos atrás, conforme André Pozzobon:

“inicialmente, as quantidades eram pequenas, ninguém começou a sair daqui com o carro cheio pra ir lá vender. Inicialmente, quando o pessoal começou eram só as mulheres que iam, tinham um ponto na praça Saldanha Marinho, mas não tinha estrutura nenhuma. No início eu lembro que o pessoal ia, comercializava, tinha uma mureta na praça, era diferente, elas estendiam uma toalhinha e colocavam os produtos ali e vendiam ali, mas era o quê, duas ou três sacolinhas e mais um docinho, uns, dois ou três pães, eram bem poucas quantidades. Depois que foi aumentando” (entrevista 5).

Assim, com o surgimento desta oportunidade, os agricultores buscam formas para chegar até o centro da cidade, para se deslocar e poder vender os produtos no centro da cidade. A agricultora Gislaine Ceccin conta como ela e seus pais começaram:

“Quando eu era pequena minha mãe ia de ônibus, levando a sacola ate aquele bar da esquina, depois pegava um táxi e ia até o centro, até que, de tanto minha mãe batalhar, meu pai conseguiu terminar com as dívidas, e conseguimos comprar uma camionete. Depois a camionete meu pai vendeu porque não conseguia pagar também. Aí ele começou a ir com uma charrete e o cavalinho. Depois foram 3 a 4 anos indo com o vizinho, aí a procura começou a aumentar e nos começamos a plantar mais e mais, aí a Kombi do vizinho não dava mais nem paras nossas coisa. Aí meu pai comprou outra camionete e fomos indo” (entrevista 6).

Os seis produtores do grupo Mão na Terra, participam da feira e trabalham na mesma tenda, cada um é responsável pela sua carga, alguns dias se revezem os três irmãos que moram próximos e usam o mesmo carro. No fim de cada feira, fazem uma reunião, conversam e dividem os lucros conforme a quantidade de produtos de cada um.

A venda de produtos coloniais e de agroindústria caseira obteve uma grande aceitação devido aos cuidados e melhorias na produção, para André Pozzobon:

“esse produto de feira é um produto que tem por tradição ser um produto mais saudável do que o do mercado. Só que o pessoal da cidade sempre me prestigiou, desde o começo, mesmo com uma estrutura precária, sempre teve freguesia. E a maioria do pessoal que vai à nossa feira que é uma das mais antigas”(entrevista 5).

A renda gerada, muitas vezes, é a única da propriedade que, por meio da diversificação da produção, consegue manter uma quantidade de produtos para todos os dias de feira, podendo participar de mais de uma, normalmente em dias alternados, como às terças-feiras no centro, às quartas-feiras no bairro Camobi, às sextas-feiras no centro e aos sábados no bairro Dores, no bairro Camobi e na feira do Projeto Esperança¹¹. Como observa André pozzobon, “então é uma alternativa e, eu digo o pinga-pinga de toda a semana, é um *troquinho*, eu conheço várias casas que se mantêm, paga a luz, alimentação, conta telefônica e mais alguma pequena despesa só com a feira” (entrevista 5).

A valorização do trabalho percebe-se pelo contato do agricultor com o público, pois este elogia, prova, observa, procura e sempre volta. O resgate cultural (saber/fazer) está presente na maioria dos produtos, as receitas vêm de família, o “jeitinho” cuidadoso de fazer o pão e a cuca, também há uma grande procura por produtos de agroindústria, como salgadinhos, embutidos, lingüiça, queijo, que têm preferência pelo seu sabor e qualidade, conforme explica Gislaine Cecchin:

“de estilo italiano é mais o mumu, cuca, bolachinha essas coisas do tempo da minha mãe, essas coisas que era tradição da minha avó, eu faço todas porque é o mais procurado. O pão de milho como a minha mãe faz, ela aprendeu da mãe dela, e eu aprendi da minha mãe e ninguém faz igual, na banca da gente sempre tem que ter um produto de preferência assim, bolacha, essas coisas que ela fazia eu faço todas” (entrevista 6).

É curioso notar que, ao mesmo tempo em que as feiras abrem espaço para os produtos coloniais, também acontece uma grande procura por produtos de horta, frutas e plantas, a qualidade e a procedência são importantes. Em alguns casos os produtores ficam responsáveis por determinado produto, há uma divisão de tarefas, na produção de hortaliças, na panificação, nas geléias, rapaduras, mel, ovos, leite e queijo, se especializam numa atribuição, Dona Anaide Quidolin fazia queijo, bolachas,ucas,

¹¹ O projeto Esperança/Coesperança começou em 1987, em Santa Maria, para estabelecer um modelo de auxílio social que transcende a filantropia. A entidade oferece assistência técnica e educacional para que diferentes grupos de trabalhadores possam se organizar, produzir e comercializar diretamente seus produtos agropecuários ou manufaturados. Atualmente, 3.700 famílias de 30 municípios da Região Central do Estado são beneficiadas pela instituição que agrega 220 empreendimentos solidários em vários segmentos. O projeto Esperança/Coesperança incentiva o trabalho cooperativo, na agricultura familiar e ainda a comercialização direta em 40 pontos, como feiras, por exemplo. *Informações disponíveis on line:* <http://www.diocesasantamaria.org.br>.

agora tem priorizado as hortaliças, “o trabalho no forno é exaustivo, prejudica a coluna, e na horta tenho ajuda dos filhos” (entrevista 7).

2.4.2 O Grupo agroecológico Mão na Terra: inserção na Rede de certificação Ecovida

Nesta subseção são analisadas as estratégias de um grupo específico do território rural, são agricultores que mudaram seu sistema produtivo, optando pela agricultura agroecológica, estão inseridos numa rede¹² e recebem assistência de um técnico agrícola do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), com especialização em agroecologia.

O grupo se formou há três anos e vem tentando se adaptar e se sustentar com esse tipo de produção. A feira de comercialização direta existe há um ano, e é onde as idéias e ideais têm sido colocados em prática, o produto é vendido com um valor agregado, gerando assim, lucros para permanecer na atividade.

Para o agricultor agroecológico as técnicas para produzir de maneira adequada aos parâmetros da Rede Ecovida vem a partir das dicas e instruções do técnico agrícola, através dele que chegam os conceitos, as inovações e as novidades. Criam-se vínculos que se expressam na profissionalização do agricultor: no momento em que passa a delimitar seu lugar e sua identidade, cria laços, alianças e insere-se em um espaço coletivo, junto ao grupo com o mesmo interesse.

Na agricultura familiar poder-se-ia questionar se há um reconhecimento próprio, identitário em uma rede tão recente, cuja história, que os participantes partilham, ainda não teria consolidado uma memória coletiva enquanto associação. Entretanto, para Mesquita (2002), a memória coletiva que existe na agricultura familiar, auxilia na consolidação da rede, ao apelar para o resgate de suas origens nos territórios onde se situa, se tornando uma perspectiva promissora. A Rede Ecovida caracteriza-se por constituir grupos de agricultores familiares em que a identidade predominante é a

¹² A Rede de Agroecologia Ecovida abrange os três estados do sul do país na certificação participativa dos produtos agroecológicos. Informações disponíveis on line: www.ecovida.org.br ou <http://ecovida.wopm.com.br/site/index.php> acesso dia 23 de agosto de 2004.

cultural, traço distintivo por ter suas raízes na chegada dos imigrantes, particularmente alemães e italianos.

O pertencimento dos agricultores a associações esportivas ou culturais, como as religiosas, recreativas, de auxílio mútuo e profissional remonta à colonização e tem papel preponderante na formação da identidade. Na convivência e nas entrevistas com os agricultores, percebeu-se claramente a importância do grupo e da participação de todos nas decisões, do companheirismo, das trocas, em que dividem também as dúvidas da produção durante as reuniões.

A proximidade física é um elemento decisivo na formação do grupo Mão na Terra, pois o sentido de pertença aglutina-os em torno de objetivos específicos, são vizinho e parentes, quatro agricultores da linha Vaima que se uniram e formaram o grupo, juntaram-se a eles dois agricultores da localidade de Três Barras, o grupo que existe há três anos não modificou sua estrutura e desde lá ninguém mais entrou, pelas entrevistas sabe-se que são necessários seis meses de adaptação para entrar no grupo, esse período é uma fase difícil para o produtor, pois ainda não está na feira agroecológica, encontra problemas na produtividade, os custos são elevados, e a mão de obra é dobrada até que o sistema atinja estabilidade.

Os produtos de tais práticas levados à comercialização têm um traço distintivo: portam geralmente o nome do lugar onde atua o grupo, núcleo ou associação, e ainda o selo da Rede Ecovida. Esta etapa de certificação dos produtos vem sendo cada vez mais aceita pelos grupos, que se mostram abertos às novidades, normas e regras da Rede Ecovida. A certificação é uma nova estratégia, pois para os consumidores representa garantia de qualidade: o selo garante a procedência do produto.

A possibilidade de acesso à capacitação, em diversas temáticas, faz com que as oficinas e as reuniões sejam valorizadas para a aprendizagem e integração dos agricultores. Contudo o grupo relata a falta tempo para isso, pois as reuniões se prolongam, tomam alguns dias da semana, ficando difícil conciliar o trabalho da horta com as numerosas reuniões.

O grupo dos agricultores ecológicos, mostrou durante as reuniões e conversas informais, que há uma grande harmonia de trabalho, sem disputa ou competição por melhores produtos. A competitividade ocorre com os agricultores que vendem seus

produtos em outras feiras não ecológicas, talvez por uma necessidade de legitimar seu produto, fortalecer sua venda, estabelecendo seu território na cidade.

O agricultor assume a prática da agroecologia como uma profissionalização, uma especialização de seu trabalho na agricultura, alterando seu modo de produção, convívio e interação com o ambiente natural. O agricultor agroecológico Vicente Feltrin relata: “eu fiz de tudo um pouco nessa vida, plantei fumo, fiz carvão, plantei soja, de tudo! E agora então abandonei o fumo por causa dos venenos e comecei com o negócio de horta né” (entrevista 1).

A maior parte dos agricultores admite que não foi tão difícil passar a produzir de forma agroecológica, visto que há semelhanças com a agricultura tradicional, praticada por seus pais e avôs. Segundo o grupo entrevistado, as maiores dificuldades em termos de manejo, ocorreram no início do processo: baixa fertilidade dos solos, ocorrência de pragas e doenças (nas plantas e nas minhocas), a substituição da adubação química pela orgânica (esterco, adubação verde, biofertilizantes). Para Vicente Feltrin “a eliminação do uso do agroquímico e do veneno não foi tão difícil quanto substituir o adubo pelo esterco” (entrevista 1). Para o agricultor as dificuldades podem ser enunciadas: a maior quantidade de mão de obra exigida no manejo do adubo orgânico (recolhimento, tratamento e aplicação) e a produção insuficiente deste insumo no interior da unidade produtiva.

Constata-se que há diferenças e divergências sobre como produzir, principalmente, em face dos produtores que utilizam a agricultura convencional, existe debate de quem está mais certo, questões éticas e de difícil julgamento. Em Arroio Grande há uma diversidade de técnicas e manejos. Em depoimento Gislaine Cecchin (entrevista 6) e Anaide Quidolin (entrevista 7) relatam que recorrem à fontes externas para obtenção do insumo, de aviários convencionais, a chamada cama de galinha.

As mudanças de opinião ou discurso são impostas na relação da sociedade com valores urbanos que exigem um produto de qualidade, com um rótulo e uma história bonita capaz de figurar a promessa de defesa da natureza. Por isso é comum observar, juntamente ao empenho na atividade produtiva, que os agricultores buscam convencer produtores e consumidores acerca dos grandes benefícios que essa atividade pode trazer para a melhoria da qualidade de vida.

2.4.3 Da feira à propriedade rural: abrindo a porteira

Os agricultores têm aproveitado a “onda” de novas idéias e perspectivas sobre o território rural para transformá-lo em atividades rentáveis. Com a diversificação das atividades no meio rural, a paisagem com certeza é o elemento e a forma mais visível de perceber estas mudanças, pois reflete este novo momento da agricultura familiar, no cuidado com as propriedades - com o solo, com a casa, com a horta, com o jardim, pomares, matas, áreas para camping, a monocultura perde espaço, que se prepara para receber os visitantes, há também as melhorias infra-estrutura fora da propriedade como estradas e iluminação.

O que era sinônimo de atraso cultural, hoje valoriza-se por manter a tradição, pela manutenção de antigos hábitos e modos de viver, pela preservação da arquitetura, monumentos e edificações de uma época próspera e cheia de histórias. Ainda cabe a estes moradores do espaço rural a incumbência de preservar a natureza, proteger o que restou pós-revolução verde, onde a corrida pelo aumento das áreas para cultivo desmatou o que deu, ocupou as margens dos rios, deixando serias conseqüências até os dias de hoje.

Para quem não possui natureza, produz-se natureza, com lagos artificiais, reflorestamento, revitalização de pomares, hortas, jardins e construção de uma infraestrutura necessária para atender a demanda crescente de consumidores (sejam novos moradores, visitantes da cidade próxima, viajantes que precisam de hospedagem, etc.), que buscam cada vez mais a qualidade de vida fora da cidade.

Os meios de informação divulgam estas novas atividades, informam as características locais, descrevendo as belezas naturais, a gastronomia, a religiosidade como elementos de uma cultura diferente a da cidade. “A cantina Pozzobon, no centro do distrito, é uma das primeiras casas construídas na colônia, foi restaurada e oferece aos visitantes toda a linha de gastronomia italiana, feita no local e pela própria família, recebendo grupos para saborear o café italiano, uma novidade que resgata a cultura gastronômica local” (Jornal A Razão, 2004. 03 de outubro, p.8).

Neste ponto, o turismo rural afirma uma outra dimensão, a valorização do território rural como paisagem, podendo buscar uma relação de novos olhares e descobertas, pois o espaço natural é uma expressão por excelência da paisagem rural, ou melhor, na significação da paisagem como natureza e vice versa. Para André Pozzobon (entrevista 5), alguns agricultores estão na fase de transição e adaptação aos valores revitalizados pela sociedade, ainda não absorveram a idéia de expor sua propriedade e receber visitantes. Uma característica desta atividade, é que não encontram-se casas para hospedagem, as propriedades estão abertas para a receber visitantes e comercializar produtos.

O turismo no meio rural pode se constituir em um dos vetores do desenvolvimento local, desde que as decisões sejam tomadas no âmbito local, e que as comunidades se apropriem dos benefícios gerados. O turismo no meio rural deve ser, antes de tudo, um turismo local, gerido pelos próprios residentes.

Com a experiência adquirida nas feiras, os agricultores criam confiança para lidar com público, e assim cada vez mais as porteiras da propriedade estão sendo abertas, para mostrar desde como são produzidos e industrializados os produtos que são vendidos ali mesmo, também abre-se espaços (quadros de fotos antigas na parede, charretes reformadas, artefatos usados pelos antepassados, etc.) para a exposição da cultura da família.

O turismo não exige atrativos naturais extraordinários, mas requer aspectos culturais bem desenvolvidos, o que implica oferecer ao visitante uma paisagem (cachoeiras, trilhas, mata nativa, arquitetura) e uma identidade (gastronomia, hábitos e costumes), tornando este espaço rico e atraente como um todo, conforme André Pozzobon:

“a Quarta Colônia, se você analisar e comparar com a serra, a parte assim de natureza, aqui e tão bonita ou mais do que lá. Quem conhece essa serraria toda, eu conheço uma coisinha da Quarta Colônia e tem um monte de cascata bacana, tem um monte de lugar superbacana pra ir, tem uma mata atlântica que é uma beleza. Em termos de diversidade de fauna e flora também, tem a parte cultural, que tem muita coisa para aproveitar desde casarões a tradições, costumes...” (entrevista 5).

O estudo de Campanhola e Graziano da Silva (2000), demonstra os problemas que podem advir com o agroturismo, como com qualquer outra atividade econômica, reproduzida no território rural, sem a preocupação com as transformações decorrentes de atividades que transformam o modo de vida dos agricultores: degradação ambiental causada pelo lixo, barulho, depredação de patrimônios naturais, flora e fauna; aumento do trânsito de pessoas e mobilidade populacional; aumento da demanda por serviços públicos competindo com o atendimento à comunidade local; aumento da criminalidade por influência dos fluxos de populações urbanas no meio rural; abandono das atividades agropecuárias, aumento no preço das terras, resultante da especulação imobiliária, entre outros problemas mais específicos para cada território.

Mesmo com essas conseqüências adversas, o turismo no meio rural tende a alterar toda a dinâmica do local, contribuindo para que também a comunidade local usufrua os benefícios gerados, como é o caso do saneamento básico, da rede elétrica e de telefonia, dos serviços públicos e do comércio, entre outros. Capaz, também, de criar postos de empregos principalmente para os jovens devido à diversidade de funções que se abrem na propriedade agrícola. Entre os exemplos de atividades que podem ser geradoras de renda para as propriedades rurais esta a industrialização de alimentos caseiros, os restaurantes de comidas típicas, artesanato, passeios (de carroça, de cavalo, de bicicleta), as trilhas para caminhadas, entre outros.

As estratégias analisadas significam a busca por novas fontes de renda e de uma autonomia na tomada de decisões dos agricultores, a agroecologia, o associativismo, o turismo, a comercialização direta em feiras-livres, representam a dinâmica deste território rural.

As novas ocupações se tornam reveladoras de uma ruralidade que reforça a lógica de funcionamento da agricultura familiar na medida que vai ao encontro do ideal de gerir de forma mais autônoma o espaço necessário a sua reprodução, desde a escala da propriedade, até aquela que representa o processo mais global, das relações de mercado, de cidadania e de melhoria da qualidade de vida.

CAPÍTULO 3. DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO RURAL

Neste capítulo são analisadas as transformações apreendidas na pesquisa à luz do referencial conceitual. Divide-se em três subseções, que correspondem às três dimensões (socioambiental, sociocultural e econômica) do estudo.

A primeira subseção apresenta as transformações no território, analisadas na dimensão ambiental, no que se refere à mudança ocorrida na paisagem rural, a partir da relação “sustentável” que os agricultores buscam para conservar os recursos naturais. A segunda subseção apresenta a profissionalização dos agricultores e o reconhecimento social do seu trabalho. A terceira subseção trata da expansão do território de Arroio Grande que se dá por meio das diferentes estratégias de inserção no mercado, em que o resgate de valores originais da tradição familiar e os valores sobre a paisagem são incluídos na identidade profissional.

3.1 TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM RURAL

A paisagem é a expressão da realidade materializada nas relações entre sociedade e natureza. O meio ambiente é toda forma vivida e sentida pelo homem, estando ligado aos elementos que compõem o espaço geográfico e relacionados à existência do homem. O conceito operativo de paisagem rural foi construído no decorrer da pesquisa, por isso não está no debate teórico do capítulo 1. Para abordar o conceito apóia-se na perspectiva de YI-FU TUAN (1980) que desenvolve a noção de topofilia, significando a valorização e apego pelo meio ambiente local. Conforme o autor, o pretensioso “amor pela humanidade” levanta suspeita, soando falso quando é manifestado por uma extensa área. Parece que a topofilia necessita de um tamanho compacto, reduzido às necessidades biológicas do homem e às capacidades limitadas dos sentidos, associando sentimento com paisagem (imagem). São estímulos sensoriais

que, ao agir como imagem percebida, dá forma as nossas alegrias e ideais, quando se decide prestar atenção em determinada paisagem (valorizar ou amar) é uma ação do propósito e das forças culturais que atuam em determinada época.

Sempre que as famílias engendram transformações no processo produtivo e na organização do trabalho acompanham esse processo dimensões materiais e imateriais, capazes de dar novos significados e valores ao território. O uso da terra em Arroio Grande é, principalmente, agrícola; sendo que os agricultores usam toda área da propriedade com a casa, galpão, jardim, cultivos, horta, pomar, e observa-se que a maioria dos lotes possui mata nativa, que, para o produtor, é insustentável mantê-la “intocada”, pois quando precisa de lenha, madeira para uso próprio sente a necessidade de desmatá-la.

O agricultor agroecológico Vicente Feltrin (entrevista 1.) procura manejar sua propriedade alternando alguns cultivos e preservando a mata. Tendo a necessidade de aumentar sua produção, optou por um novo sistema produtivo, como relata: “tenho 8,8 hectares que vêm de herança, mais 4 hectares na propriedade. Toda ela está ocupada e tem produção, só em uma parte de preservação, que é o serro, que não pode, mas esse ano fiz um projeto para plantar banana, vamos fazer agrofloresta, a gente limpa em baixo e no meio deixa, tem apoio do pessoal da secretaria”

Alguns moradores, por sua vez, mantêm preservada sua área de mata nativa (encostas e margem dos rios), como os sítios de lazer. Por exemplo, Luciano Cauduro relata: “pagam gente da cidade que tem salário fixo, não dependem da agricultura, ajeitam a propriedade, arrumam a cerca, colocam um gramado, vêm no fim de semana, essa gente toma mais cuidado porque não precisa daquilo, o agricultor precisa de lenha...” (entrevista 4). As chácaras de lazer influenciam no caráter da paisagem rural, valorizam a imagem do lugar, os cuidados com a propriedade como a limpeza, a casa pintada, a grama cortada, um pátio bonito, valores, que para alguns agricultores, não são prioridade, visto que o trabalho da lavoura e outras atividades para seu sustento tomam grande parte do tempo.

No campo a paisagem está em constante dinâmica, sendo modificada pela exploração dos recursos; a retirada de água, a construção de lagos e pequenas barragens, os diversos cultivos - na encosta com o milho, o fumo, a cana-de-açúcar e - na várzea

com o arroz. Esse uso da terra, muitas vezes exagerado, sem cuidados ou preocupações gera conseqüências à comunidade local: constantes enchentes, que levam árvores, inundam casas, arrancam pontes, corroem a terra das margens e a depositam nas baixadas, assoreando os rios.

Esses problemas viram notícia na cidade: “para cerca de 2 mil moradores do distrito de Arroio Grande, na zona rural de Santa Maria, transitar pelas estradas ainda é uma aventura. Três pontilhões da região ainda não foram adequadamente recuperados, e a cada nuvem no céu é prenúncio de prejuízos e isolamento” (Jornal Diário de Santa Maria, 2004, p.8). A população local colocou-se à disposição para terminar a ponte, só precisam do material, que a prefeitura alega não ter dinheiro para comprar. O agricultor Odacir Sanmartin relata para o jornal “parece que quem mora aqui não é gente, não vota, não paga imposto”.

Assim, o que aparentemente é um problema ambiental, induz à discussão política, da falta de atendimento e de prestação de serviços¹³. Contudo, os agricultores passam a questionar sua cidadania, e o agricultor citado acima admite que vai pedir uma audiência com o prefeito para debater os problemas. Outro produtor continua o debate “o governo fala em manter o homem no campo, olha só os incentivos que nos dão: ponte quebrada, estrada ruim e nenhuma solução”.¹⁴

Os agricultores preocupam-se com o transporte de produtos para a cidade, todos tiveram prejuízos com a enxurrada de dezembro de 2003, e na ocasião, temiam que o problema se repetisse no verão de 2004. Todavia, ocorreu o contrário, a seca que atingiu o estado foi o grande drama para os produtores de Arroio Grande¹⁵, principalmente para aqueles que moram nas localidades mais distantes, como Três Barras e Arroio Lobato¹⁶, em propriedades que não possuem córrego, ou algum rio próximo, usam a água do poço para a casa e, nos períodos de seca para a lavoura, porém essa prática é proibida, e a fiscalização tem multado alguns agricultores. Em relato ao jornal, Selene Freitas expõe

¹³ Notícia nos jornais locais demonstra que o distrito é desenvolvido e impressiona pela beleza e qualidade de vida, mas permanece carente de soluções. Anexo D.

¹⁴ Jornal Diário de Santa Maria. *Notícia: Eles não querem muita coisa: apenas uma ponte*. 22 de julho de 2004. p.8. seção geral.

¹⁵ Jornal Diário de Santa Maria. *Notícia: Agricultores não sabem o que fazer*. 03 de março de 2005. p.8. seção geral.

sua indignação: “meu pai preservou isto a vida inteira. Hoje, a fiscalização vem só olhar o que está errado. Qual o incentivo que nós recebemos do governo para preservar? Eles vêm aqui para levar o nosso dinheiro” (Jornal Diário de Santa Maria, 03 de março de 2005, p.8).

Na prática, o processo de revalorização dos recursos se traduz em iniciativas que visam ao uso conservacionista da terra, da água, das plantas. Por exemplo, os produtores agroecológicos têm aderido a diferentes manejos e técnicas: adubação verde, cobertura morta, rotação de cultivos, manutenção ou recuperação da mata ciliar, recolhimento do esterco local, produção de compostos, húmus e biofertilizantes fermentados.

Essas práticas promovem um novo olhar sobre o território. Os produtores locais são identificados pelos entrevistados pelo uso predatório dos recursos naturais, como desmatamento, descarte de lixo nos rios, uso exagerado de adubos e fertilizantes químicos, são vistos com “maus olhos” pelos agricultores que possuem uma conscientização e compreendem sua função de cuidar e proteger o lugar onde vivem.

Entende-se que a agricultura permanece como importante interface entre sociedade e ambiente. Os agricultores deverão cada vez mais desempenhar funções de proteger os recursos naturais, contudo, não podem (e não querem) se desfazer da produção agrícola e pecuária. A estrutura nacional não paga por este serviço de “cuidador” da natureza como acontece nos países desenvolvidos que possuem diversas políticas ambientais, agrárias, agrícolas, que mantêm o agricultor na sua propriedade mesmo que ele não esteja trabalhando na agricultura.

As formas da natureza, como as montanhas, cachoeiras, rios, matas, campos, são belezas naturais que decoram o território rural. As feições que revelam da existência do homem, representam a relação do agricultor com o meio: constrói, desmata, planta, colhe. As atividades inseridas no território, como o turismo e a comercialização direta nas propriedades, requerem mudanças na paisagem, na manutenção de casa antigas, de monumentos, cuidados com a produção, assim, todo tipo de preservação passa a ser valorizado.

Nesta subseção foram observadas relações entre os agricultores e a paisagem rural, revelando situações de valorização do meio ambiente como elemento importante

no território e de percepção dos problemas decorrentes da falta de cuidados e de conscientização.

3.2 TRANSFORMAÇÕES NA IDENTIDADE PROFISSIONAL

A heterogeneidade socioprofissional produz um novo cenário para a análise. Observa-se, no entanto, que o processo de transformação identitária não provoca a descaracterização da cultura local. A identidade profissional passa a ter uma diversidade de elementos interrelacionados, pois são absorvidos novos valores. Quando aceita pela comunidade, essa diversidade assegura a identidade do grupo, que experimenta uma consciência de si na relação de alteridade com os “de fora”.

A diversificação das atividades no território rural cria uma diversidade de profissionalizações. Para Carneiro (1998) essas novas experiências são condições de existência da sociedade, na medida em que alimentam as trocas ao enriquecer os bens (culturais e simbólicos) e ampliar a rede de relações sociais.

No cotidiano, cada agricultor incorpora de forma diferente as noções e práticas, contrariando preceitos, de um padrão único de tecnificação e absorção dos valores. O que se observa são diferentes maneiras de apreender novas técnicas, usar a terra, fazer o produto da colônia, entender os problemas ambientais, atender aos cuidados da propriedade, estabelecer relações com os vizinhos e com o mercado local. Como analisado no capítulo 1, para Giuliani (1997), existem diversas dimensões da profissionalidade, que não estão, necessariamente, ligadas ao mercado. Existem diferentes caminhos para construir a identidade profissional, alguns deles foram tratados no capítulo 2, são valores relativos à cultura, a família, a continuidade do trabalho, ao grupo em que se associa.

A história desses agricultores revela transformações significativas na trajetória profissional, denominada de “metamorfozes” por Abramovay (1992), em que os agricultores do sul se mostram mais propensos à integração mercantil e às transformações no sistema produtivo. Como já analisado, o autor entende que a integração mercantil transforma a base técnica e o convívio social dos agricultores.

Entretanto, como se tem afirmado neste estudo, há uma recomposição da identidade do agricultor, que revitaliza sua relação com o consumidor, busca seu reconhecimento e autonomia, representados nas atividades desenvolvidas, como a comercialização direta de produtos coloniais e de horta. Essas estratégias de busca de autonomia e reconhecimento do seu trabalho definem uma identidade complexa, mercantil e empresarial, que possui um ou mais elementos próprios da propriedade e da tradição familiar, provenientes da identidade original, construída na história do agricultor.

A organização do trabalho aponta diferentes maneiras de perceber e usar a propriedade: uma centrada nos fatores relacionados à atividade produtiva (mercantil) e, outra que concebe a propriedade como um conjunto integrado entre a paisagem natural, a vida na comunidade, e a eficiência agrícola. Um misto de elementos econômicos, socioculturais e ambientais compondo a identidade profissional do agricultor, através das estratégias mercantis, da reprodução familiar, dos cuidados com o meio ambiente, que fazem parte do cenário atual.

Certamente alguns laços de reciprocidade foram perdidos como afirma Gislaine (entrevista 6.) quando observa-se que as famílias, em certa medida, se fecham a novos projetos e propostas de associativismo. Esse fato está ligado às crises pela qual os agricultores têm passado ao longo dos anos, seja por dívidas bancárias, por empreendimentos que não deram certo, seja por tentativas frustradas de diferenciação produtiva.

A busca de autonomia é um valor prezado, mesmo que signifique sacrifício e aumento da carga de trabalho, de dedicação, força e tempo de serviço para obter um sistema produtivo diversificado, com quantidade e qualidade, para atender um consumidor cada vez mais exigente e garantir a subsistência familiar.

O aumento da oferta de serviços rurais faz com que a competitividade se torne constante nas relações de mercado, cada agricultor agrega valor ao produto à sua maneira e, no diálogo com o consumidor, repassa essas informações, faz sua propaganda, expõe sua forma de produzir, seus cuidados, seu “único” modo de fazer. Gislaine Cecchin fala: “faço o pão de milho como a minha mãe faz, ela aprendeu com a mãe dela, e eu aprendi da minha mãe e ninguém faz igual. Tem gente que vê na feira e

diz: eu comprei na padaria, comprei do fulano, comprei lá da tua colega, mas não é igual ao teu” (entrevista 6).

Nesta perspectiva, Linck (2001) entende que, a crescente relação cidade-campo é capaz de construir novos saberes, revigorando antigos valores e incorporando novas técnicas à produção:

“ La construcción de la competitividad sólo cobra sentido en la medida en que la nueva oferta encuentra ecos entre los consumidores. Bajo esa perspectiva la noción misma de interacciones rural – urbano plantea un principio de adecuación de la oferta rural a las expectativas de los consumidores. Por lo tanto, la normatividad no puede asentarse exclusivamente en la experiencia propia de los productores y en antiguas tradiciones productivas, tiene también que incorporar elementos de las técnicas modernas” (LINCK, 2001, p.8).

Na competitividade estabelecida entre os feirantes pode ocorrer o distanciamento de algumas famílias diante da comunidade, perdem a reciprocidade, a convivência com a vizinhança, não há troca de favores, nem cumplicidade. Durante as entrevistas indagou-se a existência de outros produtores com o mesmo tipo de trabalho, e as informações foram negadas.

A profissionalização do agricultor faz, também, com que ele perceba o valor de seu trabalho e passe a questionar sua participação na comunidade, na paróquia, onde a fé ou a crença já não mais o prendem à igreja; o agricultor passa a questionar o padre, a contabilidade e todo o serviço que é lhes dado. Seu Vicente (entrevista 1) e Dona Elza (entrevista 8) são alguns dos entrevistados que dizem já ter ajudado muito na paróquia, mas que agora não têm mais tempo, pois o trabalho é pesado, e o retorno financeiro das festas e mutirões, muitas vezes não é para a comunidade.

Os agricultores agroecológicos representam a busca pelo reconhecimento de sua profissionalização, de uma agricultura que envolve diversos valores socioculturais e que está adequada às condições geoambientais. Desenvolvem assim, uma agricultura diferente, também chamada de alternativa, com funções e deveres societários, trabalham em função de valores externos. As estratégias são definidas e dependem de um público seletivo e exigente, que busca um produto limpo, sem agroquímicos, bonito e atraente aos olhos, com preços não muito além do supermercado.

O agricultor que assume a identidade de profissional em agroecologia, a entende como uma especialização de seu trabalho na agricultura, alterando seu modo de produção e de convívio e interação com a paisagem natural, como se percebe nas conversas com os produtores do Grupo Mão da Terra. Para estes produtores, a agroecologia é uma estratégia de reprodução, com elementos econômicos intrínsecos, é uma nova forma de produção que passa a ser aceita e utilizada, na busca de novos mercados, priorizando a sustentabilidade da família e a saúde, assim como pelo interesse na problemática ambiental.

Um elemento da identidade é a maneira como autodenominam-se. Observa-se que os agricultores não usam adjetivos de ecológicos, orgânicos, coloniais para expressar sua ocupação, continuam falando: “pequeno agricultor” ou “agricultor com família”, já os agricultores no grupo agroecológico Mão na Terra denominam-se “agricultor agroecológico” ou “agricultor ecológico”, mostrando ênfase em uma nova e diferente especialização. Teve-se o cuidado, durante a pesquisa, para não criar categorias e contradições sobre a agricultura familiar, o que se estudou foram diferentes profissionalizações e diferentes estratégias de acesso aos mercados.

Durante a pesquisa percebe-se que os agricultores analisados identificam-se com a produção, com o que fazem. Sua concepção de colono passa a ser entendida como a de um profissional rural, que explora e valoriza seu serviço, mercantiliza sua produção e se mantém como agricultor familiar, pois grande parte dos produtos já fizeram parte do cotidiano de seus antepassados, usando técnicas semelhantes ao modo de vida colonial.

A modernização da agricultura traz uma imagem negativa para o rural, imediatamente tem-se a figura do agricultor especializado em determinado produto para a lavoura, um empresário conhecedor de técnicas modernas voltadas exclusivamente para o mercado agroexportador. Estariam “marginalizados” desse processo os pequenos produtores, que não expandem sua área, não possuem uma camionete ou telefone celular, como se esses agricultores que produzem para reprodução da família não estivessem em contato com o ambiente externo e não incorporassem valores urbanos ao cotidiano.

O agricultor que adquiriu tecnologias via financiamento e possui apoio técnico para aumentar sua produção, possui traços da identidade profissional de empresário, que

desenha uma imagem simplificada, e omite a realidade complexa da agricultura familiar na atualidade, esse agricultor mantém tradições e costumes. Como também se revelam consumistas das facilidades do mundo moderno, eletrodomésticos, telefone celular, computador, Internet.

Os agricultores de Arroio Grande apresentam uma identidade complexa, com elementos originais e modernos, que representam a dinâmica econômica e ambiental do território rural. As mudanças são “bemvindas” para todos, não há mais “cabeçadura” que foge de novas oportunidades, pois o atraso nunca foi bemvisto, mas a modernização sempre foi um objetivo longe e de difícil alcance. A resistência acontece por dificuldades de relacionamento e interação com o novo. Os conceitos, as palavras e todo o modo de vida moderno “assustam” os agricultores, uma vez que têm de aprender tantas coisas novas, tantos discursos diferentes, e adaptarem-se ao novo modelo de desenvolvimento.

Em diversas propriedades observadas, as mulheres têm assumido o papel de gestoras da propriedade, gerando renda e mantendo as prioridades da família, por meio da produção caseira e da agroindustrialização em pequena escala. Geralmente contam com mais alguém para ajudá-las; o marido e filhos ajudam nas diversas atividades, há divisão do trabalho para cada tipo de tarefa executada. As mulheres permanecem na função de cozinheiras e na produção ligada à culinária, tiram leite, cuidam da horta, das galinhas; já o marido e filhos cuidam da lavoura e de tarefas de preparo da carga para a feira, colher, organizar, selecionar, lavar, carregar, transportar até a cidade e montar a feira. Essas atividades absorvem pelo menos dois dias de trabalho intenso, o anterior à feira e o da feira.

Na lavoura são cultivados principalmente milho, batata, mandioca, soja, arroz, fumo, ou produtos como a cana-de-açúcar e a uva para fazer a cachaça e o vinho, criam abelhas para produzir mel. Alguns agricultores têm priorizado o cultivo de verduras, legumes e a fruticultura para atender à demanda da feira. Em muitos casos, famílias que tinham como atividade principal o arroz passaram a deixá-la em segundo plano (ou para os filhos) e se envolveram exclusivamente com a comercialização direta.

Grande parte do que se cultiva na propriedade é para ser usado como matéria-prima da produção, os produtos como açúcar branco, sal, chocolate, farinha de trigo são

comprados no mercado. A diversificação produtiva significa um considerável aumento da carga diária de trabalho para um dos cônjuges, geralmente para a esposa, que faz o serviço doméstico, cozinha, limpa a casa, costura, cuida da horta, trata os animais e, “se tiver um tempinho”, faz um bordado ou artesanato, que também são comercializados.

Nesse sentido, torna-se difícil para o agricultor ausentar-se da propriedade, ficando preso às tarefas diárias. O tempo livre para o lazer, é dividido com os outros agricultores da comunidade, reuniões, festas, a missa, os jogos como a mora, o tressete, o tchá-tchá-tchá, o cinquillo, a bocha.¹⁷ Na reportagem do Jornal Diário de Santa Maria, remontam-se algumas situações de lazer, onde a cultura italiana está presente: “a macarronada aos domingos, a mesa farta, o vinho saboroso, a hospitalidade” (Diário de Santa Maria, 01 de maio, p.4).

Assim, se estabelecem fortes laços de amizade na vizinhança, a proximidade geográfica facilita o deslocamento e a interação. É interessante ressaltar que Arroio Grande é um distrito próximo de Santa Maria e seus moradores mantêm uma relação próxima com os serviços da cidade. Assim o deslocamento para o centro representa um diferente modo de viver: faculdade, feiras, o supermercado, cursos de aperfeiçoamento técnico, reuniões do grupo, são atividades inseridas no cotidiano do produtor, como demonstrado na próxima subseção.

3.3 OCUPANDO ESPAÇOS NA CIDADE: ESTRATÉGIAS DE EXPANSÃO DO TERRITÓRIO RURAL

Cidade não significa urbano. A cidade é o centro onde se concentram diferentes atividades e serviços, circulam pessoas, carros, informações, uma grande rede de relações interdependentes. Na relação cidade - campo entende-se que, por muito tempo, essas formas espaciais distintas não tiveram um contato próximo, interessado, preocupado e, para muitos, sua existência ainda é insignificante; entretanto, para outros, o campo se tornou um atrativo, os serviços rurais passaram a ganhar importância e têm

¹⁷ Essas informações estão no anexo E. Reportagem: I NOSTRI GIOCHI (*os nossos jogos*). Jornal Diário de Santa Maria, de 01 de maio de 2005. p.4.

sido incorporados no cotidiano urbano. Buscam-se produtos saudáveis de procedência conhecida, adquiridos diretamente de quem os produz.

Os agricultores deslocam-se para a cidade levando os produtos. Montam a barraca, organizam a mesa, expõem tudo o que trouxeram para vender, oferecem, dão provas, vendem, conversam, trocam idéias, passam a compreender o valor do seu trabalho, da sua produção, são reconhecidos por quem gosta do que fazem. Conforme Elza Quidolin: “tenho muita facilidade para vender o produto, o pessoal já está acostumado e vem mesmo, pão de ló, rapadura, gostam muito. Tenho facilidade para vender minhas coisas, teve gente que sobrou mesa cheia, mas eu vendi tudo” (entrevista 8).

Para os agricultores, é na feira que podem mostrar o que sabem fazer: um produto caseiro com características originais da tradição familiar, flores, mudas de folhagens, salgadinhos, hortaliças, frutas do pomar; é um produto natural, de qualidade, não-industrializado, feito com cuidado - sua procedência é sua marca.

As diferentes maneiras de produzir são adquiridas via conhecimentos acumulados no local ou na troca entre vizinhos, são uma alternativa para melhorar a produção. Esta troca é observada na relação produtor e consumidor em que se recria um espaço de troca de conhecimentos, de receitas, de saberes e valores.

A ênfase foi dada aos conhecimentos que são absorvidos e reorganizados pelos agricultores. Não se estudam a percepção dos consumidores, entendendo a dinâmica desta relação através da perspectiva dos produtores entrevistados. Como relata Gislaine Cecchin: “o consumidor vai se acostumando, passa a freqüentar mais seguido, mas eles não são fáceis né, é igual quem trabalha numa loja, tem que ter muita paciência, eles não aceitam isso, não aceitam aquilo, às vezes, mas eu relevo tudo sabe, o que a gente ouve na feira de sexta, ai que caro, ai que isso. Eu explico a maneira como eu fiz, a pessoa vai adiante, pesquisa e ainda acaba voltando para comprar de mim” (entrevista 6).

Com a facilidade de transporte e de comunicação se constrói uma relação produtor e consumidor. Esta dinâmica é observada principalmente nas feiras livres, em que o agricultor conhece o freguês, sabe quem está todas as terças-feiras e sextas-feiras na praça Saldanha Marinho. Os agricultores agroecológicos conhecem os fregueses das

quartas-feiras na praça Saturnino de Brito, entre tantos outros “pontos de encontro” na cidade.

Para os agricultores, a cidade é sua área de trabalho, seu território, e não mais, somente a área de produção e convivência da propriedade e do distrito. Assim, ocorre à expansão e dinâmica constante do território. Conforme Rafesttin (1993), o agir é uma forma de exercer poder, mas a busca por um objetivo concreto é a prática e o exercício do poder, são essas ações que induzem à transformação de um espaço qualquer em território. Assim, para Rafesttin, o espaço é a prisão original, e o território é a prisão que os homens constroem para si.

O conceito de território, neste estudo, representa a flexibilidade com que se dão as relações econômicas e os valores socioculturais e ambientais que perpassam a vida dos agricultores. Os valores apropriados pelo urbano são visualizados nas feiras de comercialização direta e no turismo, significando a reincorporação do rural pelo urbano, e não seu desaparecimento.

A ruralidade representa um novo desafio para os territórios rurais. Conforme Linck (2001), deve-se: “construir alternativas de competitividad sacando provecho del desenvolvimiento de nuevas interacciones entre la ciudad y sus áreas rurales cercanas, así como de los vínculos de solidaridad y de simbiosis entre los residentes –agricultores y otros activos– del espacio conurbano” (LINCK, 2001, p.21).

Assim, o território rural não é um mero espaço físico que serve de base para as relações humanas, um conceito amplo e dinâmico, que representa o contexto sociocultural, econômico, ambiental em que se dão as transformações da agricultura familiar.

Nas diferenças e diversidades entre campo e cidade que são criados nichos de mercado. Os valores que os envolvem são dinâmicos e se inter-relacionam, um reflete sobre o outro, por mais que determinado território se sobressaia não extingue outro, cada espaço (campo e cidade) permanece com suas características particulares, diferenças e limites.

Não há barreiras entre campo e cidade, são dependentes um do outro, tradicionalmente o campo produz alimentos e a cidade lhe presta alguns serviços, de infra-estrutura, saúde, educação. São paisagens diferentes, ambientes de convivência e

trabalho diferentes. As feiras do produtor têm mostrado um novo cenário: o rural está penetrando no urbano; ocupando espaços na cidade; sendo valorizado pelo que é. As feiras significam uma nova forma de pensar o meio rural, e estão contribuindo para que se deixe de vê-lo como um suporte para as atividades agrícolas, para considerá-lo um espaço de relações sociais, integrando-se às aglomerações urbanas.

Não se pode negar, a ocupação do campo está diminuindo, há uma população migrante e muitas áreas estão se urbanizando, principalmente as sedes dos distritos rurais. Todavia, o rural não irá desaparecer, ser incorporado completamente pelas cidades, ou sucumbir aos valores eminentemente urbanos, como previam as teorias da revolução urbana de Lefebvre (2002). Não significa, portanto, que o rural venha se tornar protagonista no cenário urbano e mundial, como na teoria do renascimento rural de Kayser (1990).

As hipóteses de Lefebvre e Kayser não podem ser confirmadas, principalmente porque atribuíram apenas um destino à ruralidade. E, como expõe Veiga (2004), o que a fase mais recente da globalização indica é que a ruralidade terá diversos destinos. Por enquanto, está claro, há diferenças substanciais entre o rural revalorizado, permeado de novos valores; e o rural que permanece excludente de mão-de-obra que não considera os elementos socioambientais e culturais presentes no território.

A reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola, como alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão excludente, de desenvolvimento agrícola dominante. JEAN (1994), denomina esse processo, de validação do trabalho social do agricultor familiar. Via de regra, o reconhecimento do trabalho do agricultor se dá apenas pelo mercado sob a forma de mercadoria, no entanto, segundo o autor, o trabalho agrícola vai além dessa parte visível. Existem valores intrínsecos à identidade do agricultor, como a valorização do território que não pode ser remunerada pelo mercado.

Contudo, no atual processo, denominado neste trabalho de ruralidade, observa-se que valores são redimensionados, produtos e serviços da agricultura familiar são reconhecidos, a partir de suas funções no território. Conquistando, assim os nichos de

mercado e atingindo relativa autonomia na tomada de decisões, e seguindo as exigências dos consumidores.

Confirma-se uma identidade complexa do agricultor, com elementos culturais intrínsecos e econômicos predominantes – onde o agricultor constrói seu território na cidade para atender a população - mas o seu lugar (lar) é o meio rural, o território rural, onde vive, onde produz, onde o ar é mais puro e, no entanto, não perdem a oportunidade de mercantilizar seu “produto” : a paisagem rural.

A identidade complexa desse agricultor compreende os elementos da exploração comercial, o envolvimento com o mercado, a relação com o consumidor, respondendo a suas exigências, principalmente no que se refere à qualidade dos produtos e à forma como este é produzido. Assim, o agricultor muda suas características profissionais e reconhece sua identidade na dinâmica da ruralidade, exercendo uma nova função: a de preservar o meio ambiente.

A formação de novos sujeitos no campo e na cidade acontece nessa relação de troca de conhecimentos, em que a sociedade aceita determinados valores e os toma para si. Não se pode negar que esta é uma relação de mercado, permeada por interesses, todavia, não poderia ser de outra forma. O importante é que se tem produzido bons frutos, novas idéias e atitudes no que se refere ao tema “agir localmente pensar globalmente”.

CONCLUSÃO

“A ruralidade é um valor ao qual o mundo contemporâneo atribui cada vez mais importância, por seu significado de preservação da biodiversidade, no fortalecimento de manifestações culturais variadas e por um estilo de vida que os habitantes dos grandes centros buscam cada vez mais.[...]Os últimos anos vêm mostrando, de maneira às vezes surpreendente, fontes de desenvolvimento associadas não só à manutenção da integridade ambiental e paisagística das regiões interioranas, mas a imensa capacidade de organização para fazer destes atributos as bases da geração de ocupação e renda”.

Ricardo Abramovay¹⁸

A dissertação buscou apresentar a dinâmica do território rural de Arroio Grande, distrito municipal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, demonstrando o processo de transformação da identidade original do colono italiano na formação de uma identidade profissional, a partir da reorganização do trabalho familiar, das mudanças técnicas e produtivas que envolvem a revitalização dos valores socioambientais e culturais.

Demonstrou-se as estratégias de modernização e inserção ao mercado que induziram mudanças no sistema de produção dos colonos. As inovações técnicas, uso de insumos químicos e maquinário que expõem os agricultores a uma nova realidade mercantil - aquisição de capital via crédito e contrato com agroindústrias - ligada à racionalidade econômica que envolve a busca cada vez maior de lucros para o aumento da produção, que não prioriza a qualidade do alimento e as exigências do consumidor. Nessa perspectiva a produção de consumo familiar passa para segundo plano e, muitas vezes por falta de tempo ou falta de terras, a horta vira lavoura. O agricultor empresarial torna-se dependente da renda da colheita para sustentar a família o ano todo. Esse tipo de racionalidade empresarial levou, e ainda leva, a deteriorização do meio, da identidade do colono e da família rural. Essa visão mercantilista de aumentar área e quantidades para a produção desencadeou crises ambientais, financeiras e de âmbito sociocultural no território rural. Os agricultores encontram dificuldade de produzir, de conservar o meio, de evitar impactos ambientais, de obter créditos e de manter a família no espaço rural.

¹⁸ Apresentação do livro: O futuro das regiões rurais, 2003.

Os agricultores de Arroio Grande passaram pelo processo de mercantilização, e possuem uma racionalidade econômica intrínseca; sua produção sempre esteve voltada para o mercado, do qual é dependente, porém na atualidade os valores socioambientais são revistos, reapropriados e incorporados nas práticas produtivas. Os agricultores têm repensado sua forma de produzir, de obter seu sustento e de viver. Percebem que sua antiga horta era mais saudável e econômica, que estavam dependentes de sementes, de adubos e insumos, de fertilizantes, fungicidas, ligados a lógica produtivista.

O que se observou, no estudo, foi uma flexibilização das relações de trabalho e de inserção no mercado, viabilizando a oferta de diferentes produtos e serviços. Esse processo que iniciou na década de 1980 toma formas consolidadas na atualidade, as feiras de comercialização direta são exemplo, pois permanecem gerando empregos há mais de 25 anos e são capazes de transformar os valores da população envolvida - produtores, consumidores, órgãos políticos e a academia. A relação com o consumidor reconstrói a identidade profissional do agricultor, que passa a ser reconhecido socialmente pelos seus serviços na cidade. Dessa forma, o agricultor sente-se cidadão, capaz de produzir alimentos saudáveis e conservar os valores rurais, manter qualidade de vida e preservar o meio ambiente.

A hipótese confirmada no estudo é que a profissionalização e o contato com a cidade através do mercado induzem a diversificação das atividades e incorporam estratégias que revitalizam e modificam valores socioculturais locais e ambientais.

As atividades analisadas foram à comercialização direta; agroindustrialização de produtos caseiros (coloniais); diversificação de cultivos de horticultura e fruticultura; mudança do sistema produtivo, como a agroecologia; turismo rural, na venda de produtos dentro da propriedade, oferecendo serviços, como restaurantes e campings.

Identificou-se estratégias de reprodução que induzem à dinâmica do território, priorizando, o estudo das iniciativas que têm dado certo, que prosperaram e oportunizaram a geração de novos postos de trabalho e o reconhecimento profissional dos agricultores. Demonstra-se a capacidade do agricultor familiar se reproduzir como tal, introduzindo no território rural, novas funções, como a conservação dos recursos naturais, a produção de alimentos saudáveis, a manutenção dos costumes italianos, o lazer, a culinária, entre outros.

A abordagem do território possibilitou um “novo olhar” para a dinâmica da agricultura familiar, uma maneira diferente de entender como as estratégias de reprodução são incorporadas pelos agricultores. Essa ênfase demonstrou que o território rural influencia nos interesses e ações dos agricultores, interferindo nas relações socioambientais e culturais da comunidade de Arroio Grande.

A reconfiguração do território rural é resultado da transformação da paisagem urbana e rural; na cidade - feiras de produtores nas praças e ruas de diferentes bairros e; no campo – novas residências de lazer, preservação do meio ambiente, diferentes cultivos, restauração de casa antigas, cuidados com a propriedade. A reconfiguração do território representa também a construção de novas vivências pela sociedade, na perspectiva de um território flexível, que constrói novas fronteiras e gera diferentes confrontos entre identidades - na relação do agricultor com os consumidores, com os turistas, com os novos moradores e, certamente, na maneira de interagir com a comunidade local, com o grupo, com a família. Nesse processo são absorvidos os valores urbanos e revitalizados os valores rurais.

Demonstrou-se as transformações na identidade original do agricultor, tradicional ou colono, formada na colonização e ligada aos fortes vínculos de amizade e parentesco no círculo da vizinhança e do comércio. Assim, o agricultor modernizado ou profissionalizado representa a dinâmica do território rural, uma identidade complexa que contém os elementos culturais interdependentes aos valores econômicos. Os valores socioambientais fazem parte de uma nova perspectiva sobre o território rural, são incorporados na vivência do agricultor e passam a estar presente na sua profissão através das técnicas de produção alternativas.

Legitima-se a necessidade de construir novas experiências de desenvolvimento rural que possam conciliar práticas prudentes ecologicamente e capazes de sustentar a família rural. Essa prática depende da validação do trabalho e reconhecimento profissional do agricultor - através de políticas públicas de incentivo, criação e formação de grupos e instituições locais de produtores e consumidores; aprimoramento do espaço mercantil; e do reconhecimento social através do consumo e aceitação dos produtos provenientes da agricultura familiar, para que estas políticas sejam priorizadas e efetivadas.

O desenvolvimento territorial local de Arroio Grande está representado nas ações coletivas que refletem às expressões da ruralidade, promovendo a construção de identidades do território rural, onde convivem pessoas de diferentes origens, unidas em torno de práticas e valores socioambientais locais.

Ao contrário do pressuposto de que os valores e decisões da sociedade tenderiam a uma padronização, como acontece nas empresas de âmbito mundial, a noção de uma interação econômica e social global (sem limites temporais e espaciais) propiciou a valorização das empresas locais, em que a especificidade dos produtos está assentada em características culturais e socioambientais.

Grande relevância nesse processo deve-se a ação da sociedade na construção de novos padrões de produção e consumo. Assim, a criação de nichos de mercado redefiniu a inserção dos agricultores na econômica local e cada território passa a ser competitivo na medida em que valoriza o conhecimento local e recria estratégias de reprodução.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo (1992). *Os paradigmas da questão agrária*. São Paulo: Contexto.

ABRAMOVAY, Ricardo (2003). *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS. (Coleção Estudos Rurais).

ANJOS, Flavio Sacco dos. (2003) *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil*. Pelotas: EGUPEL.

ATLAS MUNICIPAL GEOGRÁFICO DE SANTA MARIA. (2003). *Edição especial Diário de Santa Maria*, fascículo II.

BELEM, João. (1989) *História do Município de Santa Maria: 1797-1933*. Reedição. Santa Maria: Ed.UFSM.

BLUME, Roni. (2004) *Território e Ruralidade: a desmistificação do fim do rural*. Porto Alegre: UFRGS-PGDR. (dissertação).

BRANDENBURG, Alfio. (1999) *Agricultura Familiar: ONG's e Desenvolvimento Sustentável*. Curitiba: UFPR.

BRASIL. (2003) Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Cooperação técnica para a formulação de uma política nacional de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais no Brasil*. Brasília: MDA – CNDRS – NEAD – IICA. (Documento: Referências para um Programa Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável).

CAMPANHOLA, Cleyton; SILVA, Jose Graziano da. (2000) *Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais*. Brasília: Cadernos de Ciência & Tecnologia V. 17 (1). Jan-abril. p.11-40.

CANUTO, João Carlos. (2003) *A pesquisa e os desafios da transição agroecológica*. Ciência & Ambiente. Agricultura Sustentável. Santa Maria: UFSM, V.27 Jul-Dez,2003.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. (2004) *Análise Multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia*. In: FROEHLICH, J. M. e DIESEL, V. (Orgs.) (2004) Espaço rural e desenvolvimento regional: estudos a partir da região central do RS. Ijuí: Unijuí. Pg. 127-148. (Série Relatórios de Pesquisa).

CARNEIRO, Maria José. (1998) *Ruralidade: novas identidades em construção*. Estudos Sociedade e Agricultura, n.11. Rio de Janeiro: UFRRJ.

- CASTELLS, Manuel (2000) *Sociedade em Rede*. v. 1. São Paulo: Paz e Terra.
- CONTERATO, Marcelo Antonio. (2004) *A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai-RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras*. Porto Alegre: UFRGS-PGDR. (dissertação).
- CORTES, S. M. Vargas. (1998) *Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados*. Cadernos de Sociologia/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, V. 9. Porto Alegre: PPGS/UFRGS.
- COSTA, Benhur Pinos da. (2004) *A relação entre identidade, espaço e cultura na cidade*. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 23. Porto Alegre: AGB-PA. p.33-46.
- COSTABEBER, Cirilo. (1998) *Santa Maria 200 anos: história da economia do município*. Santa Maria: Pallotti.
- DIESEL, Vivien (coord.) (2001) *Evolução histórica do Sistema Agrário do Santa Maria*. Projeto de Extensão. Santa Maria: DEAER-CCR-UFSM. Versão preliminar.
- FERREIRA, Angela Duarte. (1997) *Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras*. Revista Estudos sociedade e agricultura. Rio de Janeiro (CPDA, n 9, p 28-43.)
- FROEHLICH, José Marcos. (1999) *O 'local' na atribuição de sentido ao desenvolvimento*. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ. (Textos CPDA, n 7.)
- FROEHLICH, José Marcos. (2002) *A (re) construção de identidades e tradições: o rural como tema e cenário*. Disponível em www.ufsm.br/desenvolvimentorural. Acesso em 29.06.2004.
- GEHLEN, Ivaldo e RIELLA, Alberto (2004) *Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável*. Revista Sociologias. Sociedade e Território. Porto Alegre: UFRGS, ano 6, n. 11, jan-jun. p.20-26.
- GIULIANI, Gian Mario. (1997) *A profissionalização dos produtores rurais e a questão ambiental*. Revista Estudos sociedade e agricultura. Rio de Janeiro: CPDA. n 9, outubro. p.102-126.
- HAESBAERT, Rogério. (2002) *Território Alternativos*. São Paulo: Contexto.
- JEAN, Bruno. (1994) *A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna*. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre: PPGS-UFRGS. V. 6, p.51-75.

- JEAN, Bruno. (1997) *Territories d'avenir: pour une sociologie de lá ruralite*. Québec: Université du Québec.
- LEFEBVRE, Henri. (2002) *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.[c1970].
- LINCK, Thierry. (2001) *El campo en la ciudad: reflexiones en torno de la ruralidades emergentes*. Relaciones 85, V. 22. CNRS - Universidad de Toulouse II. Disponível em <http://www.pa.gob.mx/publica/pdf/pa071703.pdf> acesso em 19.08.2004.
- KAYSER, Bernard. (1990) *La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin.
- KAYSER, Bernard (1994) *A Cultura: Uma alavanca para o desenvolvimento local*.
- LEADER Magazine n.8. Cultura e Desenvolvimento Rural. Disponível em: <http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/culture/art03.htm>. acesso em 13.10.2004.
- MOREIRA, Roberto José (2004) *Identidades sociais em territórios rurais fluminenses*. Disponível em <http://www.ruralidades.cpda.br> acesso em 25.10.2004.
- MESQUITA, Zila. (2002) *Associativismo em rede: uma construção em territórios de agricultura familiar*. In: ALASRU. Porto Alegre: UFRGS. Cd room.
- NEUMANN, Pedro Selvino; DIESEL, Vivien. (2004) Histórico de ocupação social do espaço agrário da região central do RS. In FROEHLICH, J. M. e DIESEL, V. (Org). (2004) Espaço rural e desenvolvimento regional: estudos a partir da região central do RS. Ijuí: Unijuí. Pg 11 - 54. (Série Relatórios de Pesquisa).
- PLEIN, Clério. (2003) *As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã d'oeste, Santa Catarina*. Porto Alegre: UFRGS-PGDR. (dissertação Mestrado).
- RAFESTIN, Claude (1993) *A geografia do Poder*. São Paulo: Ática.
- REIS, José. (1992) *Os espaços da Indústria. A regulação econômica e o desenvolvimento local em Portugal*. Portugal: Afrontamento.
- RICOTTO, Alcides Juvenal (2002). *Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar: o caso das férias livres de Misiones, Argentina*. Porto Alegre: UFRGS-PGDR. (dissertação Mestrado).
- SAQUET, Marcos Aurélio. (2003) *O tempo e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre: EST.

SCHNEIDER, Sergio. (2003) *Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: UFRGS.

SILVEIRA, Paulo R. C. da; ZIMMERMANN, Silvia. (2004) A qualidade em circuitos regionais de produção de alimentos numa perspectiva de segurança alimentar. In: FROEHLICH, J. M. e DIESEL, V. (Orgs.) (2004) Espaço rural e desenvolvimento regional: estudos a partir da região central do RS. Ijuí: Ed. Unijuí. (Série Relatórios de Pesquisa p. 217- 226.)

TUAN, Yi-Fu (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel.

VEDANA, Viviane. (2004) Fazer a Feira: estudo etnográfico das *artes de fazer* dos feirantes e fregueses da Feira Livre da EPATUR no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre: UFRGS-PPGAS. (dissertação).

VEIGA, José Eli da. (2004) *Destinos da ruralidade no processo de globalização*. Estudos Avançados, n. 51, São Paulo: USP-FEA. maio-agosto, p.51-67.

WANDERLEY, Maria Nazareth. (2000) *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo*. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, out., p.87-145.

ZANINI, Maria Catarina C. (1999) *Sangue, Suor e lágrimas – narrativas da colonização*. In: QUEVEDO, Julio (org).(1999) Rio Grande do Sul: Quatro séculos de história. Porto Alegre: Martins Livreiro.

Reportagens de jornal

Caderno de turismo: Portal da Quarta Colônia. *Jornal A Razão*. Santa Maria, 03 de outubro de 2004. p.8

Caderno Mix: I NOSTRI GIOICHI: a longa vida dos jogos trazidos pelos Italianos. *Jornal Diário de Santa Maria*, 01 de maio de 2005. p.4

Notícia: No distrito e perto da cidade. *Jornal Diário de Santa Maria*, seção política.18 de março de 2005.seção política. p.6.

Notícia: Feiras crescem em número e qualidade. *Jornal A Razão*, seção geral.04 de abril de 2004. p.10.

Notícia: Eles não querem muita coisa: apenas uma ponte. *Jornal Diário de Santa Maria*,. seção geral.22 de julho de 2004. p.8.

Notícia: Agricultores não sabem o que fazer. *Jornal Diário de Santa Maria*, seção geral.03 de março de 2005. p.8.

APÊNDICE A Roteiro para entrevista com os agricultores

Data da entrevista:

Identificação

Pessoa entrevistada (nome, idade, posição na família, escolaridade):

Nome do(a) responsável:

Onde reside:

Fale um pouco de sua história, da família, da comunidade, do trabalho na agricultura...

Há quanto tempo trabalha nesta propriedade ou parcela de terra?

Condição legal da terra, como adquiriu?

Alteração na área nos últimos anos?

FAMÍLIA

Qual profissão de seus pais? O que melhorou e o que piorou?

Qual sua origem étnica? Religião?

Das atividades desempenhadas qual considera a mais importante?

Gostaria de deixar a agricultura? Ou este local? Por quê?

Vê possibilidade de melhorar a sua situação, em relação a como ela se encontra hoje?

Em quê a vida no campo é melhor e pior que a da cidade?

Que nome define a sua condição? Como se identifica?

Considera sua atividade/trabalho exclusivamente rural?

Tem algum filho que não reside aqui? Destino? Gostaria que voltassem ou fossem agricultores?

De um modo geral, o que acontece com os jovens daqui, eles saem ou permanecem na comunidade? O senhor acha importante que os jovens permaneçam na comunidade?

Com relação aos hábitos/costumes/tradições da sua *família* quais estão se mantendo e quais se perderam? Porquê? E na comunidade?

#aspectos da vida familiar tais como tradição culinária, hábitos alimentares, tipos e frequência das reuniões familiares, festas familiares, forma de moradia e padrão das construções, etc.

PROPRIEDADE

O que o (a) senhor(a) produz e o que cria? Especifique o máximo que puder

No uso de máquinas e equipamentos, uso de insumos e outras técnicas, quais foram as principais mudanças nos últimos anos?

Atividades exclusivas para auto-consumo, aquisição de alimentos?

Pratica alguma atividade agroindustrial rural com agregação de valor aos produtos?

Quais as formas de comercialização dos produtos?

Quanto tempo está na(s) feira(s)? Qual motivo o levou a mudar de atividade?

Qual sua relação com os consumidores?

Adota alguma prática que confere qualidade diferenciada aos produtos que comercializa (produtos orgânicos, artesanais, etc.)?

APÊNDICE B Roteiro para entrevistas com técnicos

Nome:

Órgão/entidade/instituição que atua:

Quanto tempo trabalha:

Escolaridade/profissionalização:

Onde foi realizada a entrevista:

Endereço/telefone para contato:

O que o motivou a trabalhar nesta área?

Quanto tempo está envolvido com os agricultores?

Como selecionou os agricultores, localidade, tipo de produção?

Quais foram as principais metas atingidas?

Qual a atividade mais importante realizada com os agricultores?

Participa das atividades da comunidade?

O que mudou na região nos últimos anos? para melhor e pior

Quais os níveis de modernização desta área, a muita diferença entre os agricultores e as diferentes atividades?

Fale um pouco sobre a produção, técnicas, conhecimentos que estão sendo passados para os agricultores?

Qual o grau de troca de conhecimentos e experiências entre agricultor e técnicos?

Você pretende buscar novos agricultores para trabalhar neste projeto?

Você tem outros projetos em vista, como agroindústria para agregar valor?

Os jovens dessa área têm saído ou permanecido?

Qual sua opinião sobre o futuro das atividades agrícolas nessa área?

Esta comunidade possui alguma característica especial, alguma dinâmica que a diferencia das outras?

Como são trabalhados os conceitos de agroecologia, natureza, preservação, desenvolvimento?

Quais os principais problemas ambientais da área?

Qual a principal fonte de informação dos agricultores

Qual o envolvimento político, ideológico dos agricultores

Como você acha que esta sendo a comercialização dos produtos

Como esta a relação dos agricultores com os consumidores

Porque você acha que os agricultores aceitaram as mudanças e inovações

Por que outros não conseguiram permanecer no grupo

Qual a relação da escolaridade com a aceitação para mudanças

Quais os principais problemas desta mudança de atividade

Como os agricultores vêm o espaço natural em que vivem, como e para que o preservam? Como vêm as áreas de proteção ambiental e de mata nativa

Qual a principal fonte de renda para eles

Qual a participação envolvimento dos agricultores na comunidade e no grupo

Você acredita que os costumes e tradições destas famílias estão mudando, porque, quais mudanças mais visíveis

Existem conflitos com outros agricultores, novos moradores, turistas.

APÊNDICE C Relação dos entrevistados

1. VICENTE DOMINGUES FELTRIN, 53 anos, agricultor agroecológico, reside na linha Vaima - Distrito de Arroio Grande. Participa do grupo Mão na Terra, faz feira na praça Saturnino de Brito – Santa Maria, nas quartas. Entrevista realizada no dia 12 de maio de 2004.

2. MOACIR ORLANDI, 46 anos, agricultor agroecológico, reside na linha Vaima - Distrito de Arroio Grande, participa do grupo Mão na Terra, faz feira na praça Saturnino de Brito – Santa Maria, nas quartas. Entrevista realizada no dia 21 de maio de 2004.

3. JAIR STAUT, técnico agrícola, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor de Santa Cruz do Sul. Contratado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural - Prefeitura de Santa Maria. Realiza uma reunião semanal com o grupo Mão na Terra e uma reunião mensal com os grupos da região central. Entrevista realizada no dia 28 de maio de 2004.

4. LUCIANO CAUDURO, 28 anos, agricultor e geógrafo, reside em Santa Maria e possui propriedade na linha Invernadinha - Distrito de Arroio Grande, onde planta arroz. Entrevista realizada no dia 06 julho de 2004.

5. ANDRE POZZOBON, 36 anos, agricultor e agrônomo, reside na sede do distrito de Arroio Grande. Faz feira na praça Saldanha Marinho – Santa Maria nas terças e sextas, possui um restaurante de comida típica italiana, a Cantina Pozzobon. Entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2004.

6. GISLAINE NAZARE CECCHIM, 30 anos, agricultura. Reside na localidade de São Marcos - Distrito de Arroio Grande. Faz feira na praça Saldanha Marinho – Santa Maria, nas terças e sextas, no bairro Camobi aos sábados, vende flores no cemitério, vende produtos coloniais direto na propriedade. Entrevista realizada no dia 09 de agosto de 2004.

7. ANAIDE QUIDOLIN, 66 anos, agricultora. Reside na localidade de São Marcos - Distrito de Arroio Grande. Faz feira na praça Saldanha Marinho – Santa Maria, nas terças e sextas. Entrevista realizada no dia 09 de agosto de 2004.

8. ELZA QUIDOLIN, 58 anos, agricultora. Reside na localidade de Arroio Lobato – Distrito de Arroio Grande. Faz feira na praça Saldanha Marinho – Santa Maria, nas terças e sextas. Entrevista realizada no dia 09 de agosto de 2004.

GRUPO MÃO NA TERRA

Demais integrantes que participaram de uma entrevista em grupo **no** dia 11 de junho de 2004, **da** reunião da Rede Ecovida **com os grupos da região centro de Santa Maria no** dia 20 de maio de 2004.

ALCIONE PIASENTIN CLARO - agricultor e estudante de agronomia. Reside na localidade de Três Barras. – Distrito de Arroio. Faz feira na praça Saturnino de Brito – Santa Maria, as quartas e no bairro Camobi aos sábados.

MOACIR AOZANI, agricultor agroecológico. Reside na - localidade de Três Barras - Distrito de Arroio Grande. Faz feira na praça Saturnino de Brito – Santa Maria, nas quartas.

ELOI ORLANDI, agricultor, está em transição para entrar no grupo. Reside na linha Vaima -Distrito de Arroio Grande. Faz feira bairro Camobi aos sábados e quartas.

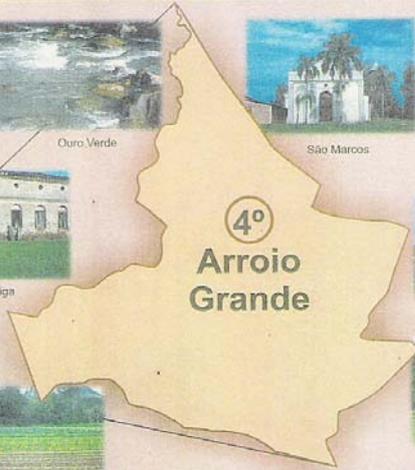
IRINEU ORLANDI, agricultor agroecológico. Reside na linha Vaima - Distrito de Arroio Grande. Faz feira na praça Saturnino de Brito – Santa Maria e no bairro Camobi aos sábados.

ANEXO A Mapa de Arroio Grande, Atlas Geográfico de Santa Maria

ATLAS MUNICIPAL GEOGRÁFICO
ANEXO A ATLAS MUNICIPAL GEOGRÁFICO

Autora: Lia Margot Dornelles Viero

DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA: Arroio Grande (4º Distrito)



4º
Arroio Grande


Ouro Verde


São Marcos


Região Serrana


Casa Antiga

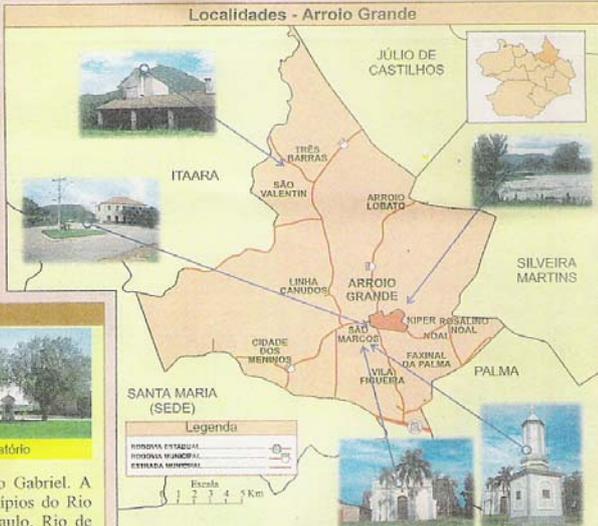

Casa de Imigrantes


Hortigranjeiros


Pecuária



Localidades - Arroio Grande



Legenda

RODOVIA ESTADUAL

RODOVIA MUNICIPAL

ESTRADA MUNICIPAL

Escala: 0 1 2 3 4 5 Km

Arrozela Figuera

Em Arroio Grande localiza-se a Arrozela Figuera, empresa fundada em 1938, por José Antônio Figuera. A maior parte dos moradores da vila são da família Figuera ou são funcionários da empresa, uma vez que esta oferece moradia para seus funcionários.

Parte do arroz beneficiado provém do município e outra é trazida de Cacequi, Alegrete e São Gabriel. A comercialização do arroz é destinada para vários municípios do Rio Grande do Sul e para estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Maranhão.



Oratório

Fonte de dados: Secretaria de Planejamento do Município. Elaborado por: Lia Margot D. Viero


UNIFRA
CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO


PREFEITURA DE SANTA MARIA
ADMINISTRAÇÃO POPULAR


Planalto
ENCOMENDAS


unimed
SANTA MARIA

ANEXO B Reportagem do Jornal A Razão

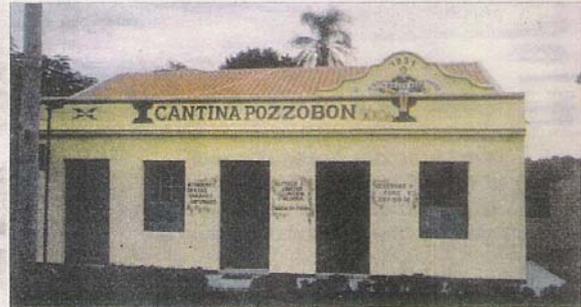
8 SÁBADO/DOMINGO, 02.03/10/2004

segundo
A RAZÃO

84

ANEXO I Reportagem Jornal A Razão

Turismo



A religiosidade, a gastronomia e os costumes estão presentes em cada canto, sendo hoje o distrito conhecido como o "Portal da Quarta Colônia de Imigração Italiana"

Portal da Quarta Colônia

Distrito de Arroio Grande reúne muitas belezas naturais, gastronomia e religiosidade

O distrito de Arroio Grande está a meia distância entre Silveira Martins e o bairro de Carnobi, em Santa Maria. A partir de 1985, quando cerca de 75 famílias vindas da Itália, que desceram do bamação de Val de Buia, aconteceu o povoamento desta localidade, sendo que imigrantes alemães e poloneses já haviam tentado fazer a colonização que foi impedida pelas dificuldades que encontraram. Com a chegada dos imigrantes italianos, mesmo com as mesmas dificuldades, as semelhanças geográficas com a pátria mãe, fizeram com que estes desbravadores transformassem o lugar numa pequena Itália, onde a religiosidade, a gastronomia e os costumes se perpetuassem e estivessem presente em cada canto, sendo hoje o distrito conhecido como o "Portal da Quarta Colônia de Imigração Italiana".

Religiosidade sempre presente

A religiosidade é muito forte em toda a Quarta Colônia. Trazida na bagagem, a fé, segundo os próprios imigrantes, foi a grande responsável pela persistência que tiveram para enfrentar as enchentes, as privações e as doenças. A Igreja Matriz São Pedro Apóstolo, no centro do distrito, tem na sua arquitetura o estilo barroco-veneto, característica da região italiana de onde vieram a maioria dos imigrantes e possui, em seu belíssimo interior uma imagem de São Pedro em bronze que é a única vinda da Itália. Encontra-se no interior do distrito várias capelas históricas que já completaram o seu centenário, entre elas destaca-se a primeira capela dos imigrantes italianos de Santa Maria, a Capela de São Marcos, que é a réplica da Basílica de São Marcos, em Verona, na Itália. Outra capela muito visitada é a do Santuário de Nossa Senhora do Rosário que foi construída a partir de um natatório que foi prometido por fiéis, durante a vinda para o Brasil. Nesta viagem, o navio pegou fogo e a família Serafim pediu para a santa a graça de salvá-los. Quando o fogo chegou onde estava a arca com a imagem, este se apagou. Por isso, todo o ano é realizada a Festa em honra a Nossa Senhora do Rosário, na localidade de Arroio do Meio, que acontecerá no dia 10 de outubro, que sempre recebe centenas de visitantes com festividades que iniciam no sábado, com a procissão dos fiéis com a imagem daquela que foi eleita a "A Protetora dos Imigrantes Italianos".



A farta mesa italiana está presente nos pratos típicos

Mesa Italiana em todos os locais

A farta mesa italiana está presente nos pratos típicos como o risoto, presente em todas as festas locais e nos produtos coloniais que são comercializados na região como o queijo, salames, cucas, doces, etc, o que gerou a criação de várias agroindústrias. A cantina Pozzobon, no centro do distrito, numa das primeiras casas construídas e que foi restaurada, oferece aos visitantes toda a linha desta gastronomia feita no local pela própria família, recebendo inclusive grupos para saborear o "café italiano", uma novidade que resgata a cultura gastronômica local. Outros produtos importantes que acompanham a gastronomia italiana são os vinhos e cachaças artesanais. Vários são os produtores que ainda fazem vinhos coloniais com a mesma técnica dos "monos". Os alambiques também fazem parte do cenário típico italiano do distrito, onde o cultivo da cana-de-açúcar é apropriado pelo tipo de solo e clima. A cachaça, bebida que conquista espaço nacional e internacional, é produzida já em escala industrial na Granja São Francisco, pela família Machado, entrando para o mercado como a única cachaça do município legalizada e com critérios para uma futura exportação.

Cenário ecológico

São muitas as atrações que vão desde as trilhas naturais as mais de dez cachatas que compõem um cenário ecológico que pode ser apreciado em passeios ou em estadias nos balneários, sendo dois particulares e dois abertos ao público que são o Ouro Verde e o Zimmermann. Estes balneários possuem completa infraestrutura de camping, quadra de areia para esportes, canchas de bocha, playground, copa e área de banho nas águas entre pedras e mata natural.

Em todos os caminhos que levam ao distrito ou nas estradas no interior, é possível apreciar a paisagem muito semelhante ao do norte da Itália, com casarões coloniais, muitos já restaurados pelas famílias que buscam preservar a importância histórica e cultural do distrito, bem como a sua identidade italo-brasileira.

10 SEXTA-FEIRA, 04/06/2004

geral

85 A RAZÃO

ANEXO 2 Notícia: Jornal A Razão



Cerca de 150 feirantes já estão cadastrados no Município para expor seus produtos nas feiras existentes na cidade

Feiras crescem em número e qualidade

Mais de 150 feirantes já se cadastraram e regularizaram sua situação junto à Prefeitura.

ONDE ENCONTRAR AS FEIRAS DE PRODUTORES

Produtores	Dias	Local
Agroecológicos	Terças	Praça Saturnino de Brito
Passo da Areia	Sextas	Verâncio Aires, próximo a Sotélia
CDM	Sextas	Dentro do CDM
Praça Bombeiros	Sextas	Entre ruas Niederauer e Bozano
Roque Gonzales	Sextas	Presidente Vargas, frente hospital
Parque Itaimbé	Sextas	Próximo a antiga rodoviária
Saldanha Marinho	Sextas	Praça Central
Bolicho de campanha	Terças/quintas	Ass. Rural - Verâncio Aires
Dores	Sábado	travessa da igreja
Salgado Filho	Sábado	calçada da Salgado
Schirmer	Sábado	Próximo a igreja
Caramelo	Sábado	Entrada da Santa Marta
Camobi	Quarta	RS 509 - Galeria Mainardi
Camobi	Sábado	Av. Roraima

*As feiras de produtores ocorrem sempre pela manhã

LOCAIS DE FEIRAS LIVRES DE SANTA MARIA

Feiras Livres	Horário	Local
Presidente Vargas	Segundas/quintas	Rua Professor Teixeira
Vale Machado	Terças/ sextas	Próximo igreja do Rosário
Treze de Maio	Quartas/ sábados	Esquina com Rio Branco
Olavo Bilac	Terças/ Sextas	Esquina com a Apell
Itararé	Quartas/ sábados	Próximo Igreja Sta Terezinha
Av. Liberdade	Sexta-feira	Próximo ao Malett

* Todas as feiras ocorrem pela manhã, exceto a da Liberdade, que é um projeto piloto, organizado em horário alternativo, no verão ela ocorre das 17h às 21h e no inverno das 15h às 19h 30

Festa da Soja em S. Flora

O distrito de Santa Flora realiza neste final de semana a sua Festa da Soja. O evento inicia às 10h de sábado, com a chegada de equipamentos e máquinas para exposição. No mesmo dia, às 17h, acontece a escolha da Rainha da Soja. No domingo, haverá missa sorteio de brindes, apresentações artísticas e culturais e show com o cantor Rodrigo Machado. Quem prestigiar o evento poderá conferir, também, a Feira de produtos Coloniais e Artesanais; e a Exposição de Máquinas, Insumos e Implementos Agrícolas.

MARILICE DARONCO

As feiras Livres e de Produtores de Santa Maria, que já chegam a quase três dezenas têm crescido, nos últimos tempos, não só em número de feirantes envolvidos, mas também em qualidade. Além de participarem de cursos que envolvem desde a higiene até a fabricação de pães, derivados do leite e carne, os produtores estão recebendo apoio para regularizar suas atividades.

Cerca de 80 varejistas e 70 produtores já estão cadastrados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural. Eles, além de cursos de capacitação e acompanhamento da prefeitura, também recebem carteiras de identificação de feirantes e possuem 21 espaços fixos disponíveis para a comercialização de seus produtos.

O feirante Gilmar Sangoi é um dos trabalhadores que está contente com a mudança na organização da feira que ocorre na rua Professor Teixeira. Segundo ele, antes os feirantes chegavam ao local e não sabiam qual era a área em que iam se estabelecer, porque quem chegava primeiro ficava com os melhores lugares. Atualmente, o número de feirantes no local é restrito, para alguém participar precisa fazer cadastro junto à Secretaria de Desenvolvimento Rural e aguardar pela destinação de alguém.

Além disso, os produtores passaram a apagar impostos que regularizaram a sua localização,



Sangoi já participa das feiras há 10 anos

cada um deles possui um local determinado para se estabelecer, criando uma nova estruturação das feiras.

A prefeitura já distribuiu também cerca de 140 bonés, 140 aventais, 60 caixas de isopor e mais de 700 de plástico para que os feirantes pudessem investir em higiene e qualidade nas vendas.

Além disso também foi criada, na avenida Liberdade um projeto piloto da Secretaria de Desenvolvimento Rural. Foi estabelecido para a feira do local

um horário alternativo, que varia às 17h no verão e às 15h no inverno. O objetivo é oferecer uma alternativa para as pessoas que chegam do trabalho e não têm oportunidade de frequentar as feiras, porque a maioria delas ocorre pela manhã. Segundo a secretaria, a experiência tem sido sucesso de público desde sua primeira edição.

Uma nova feira também será aberta, nas próximas semanas, na praça da vila Nonos. A perspectiva é de que ela também funcione durante a tarde.

ANEXO D Notícia:Jornal Diário de Santa Maria

6 Sexta-feira, 18/03/2005 POLÍTICA 86

ANEXO D Notícia: Jornal Diário de Santa Maria

No distrito e perto da cidade

Três candidatos disputam subprefeitura de Arroio Grande, um dos distritos mais ricos de Santa Maria

CARLOS DOMINGUEZ

carlos.dominguez@diariosm.com.br

Os olhos são azuis. Os rostos de pele clara estão avermelhados pelo sol que os chapéus de palha não conseguem evitar. Na boca, o riso tranqüilo de quem leva a vida com muito trabalho, mas com segurança.

Em Arroio Grande, a imigração italiana construiu uma próspera comunidade. O plantio de arroz assegura a riqueza do distrito. A torre da igreja domina o belo vale, cercado por morros e lavouras. As casas, na sua maioria, são novas e amplas. Foram erguidas pelos Brondani, Gaspareto, Dal Fabro, Cauduro, Budel, Pozzobom entre outras famílias.

É atrás dos votos de 1.376 eleitores do local que um Manhago, um Claro e uma Cauduro Zerbini disputam a eleição para subprefeito no dia 3 de abril (veja quadro ao lado).

Para o comerciante Narcí Pedro Antonello, 81 anos, que já foi agricultor e já dirigiu caminhão por 20 anos, o voto é patriotismo.

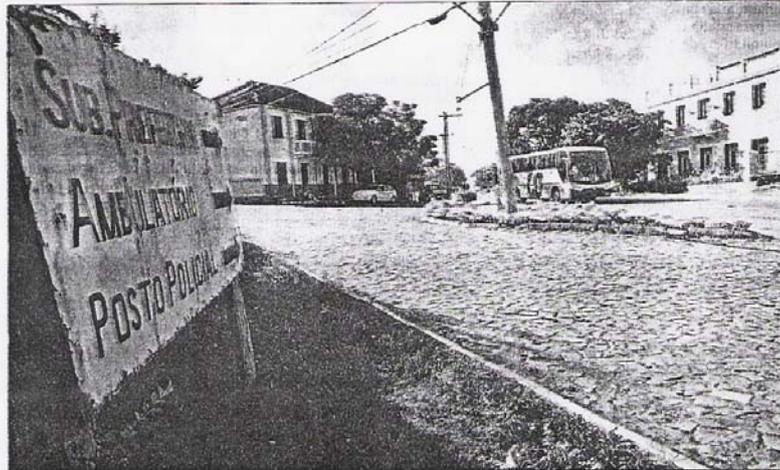
– Voto mal ou voto bem, mas voto. Sou patriota. Gosto de votar – filosofia Antonello próximo a um baleiro amarelo recheado de guloseimas que deliciam as crianças que pisam no chão de ladrilhos vermelhos limpíssimo.

Para Moises Mainardi, 65 anos, que “já moava ali, antes de nr ‘cer’”, apesar da aparente fartura, existem muitos problemas para serem enfrentados pelos administradores. A médio prazo, o pior é a perda econômica causada pela seca.

– Para o colono, para o agricultor está pior. Tive perda de até metade da colheita. As estradas também poderiam estar melhores – afirma Mainardi, brilhando os olhos azuis.



Mainardi está preocupado com os prejuízos da seca



Arroio Grande, distrito que teve colonização italiana, impressiona pela beleza e pela boa qualidade de vida

Em Arroio Grande, o asfalto chega à sede. Traz junto o turista, que pode comprar produtos coloniais e encher a barriga na farta gastronomia italiana. Ali ficam também as três indústrias de facas. São só 6 quilômetros até o Camobi.

Já nas localidades, a poeira acompanha o dia-a-dia de quem tem quilômetros para percorrer. Além do cascalhamento das estradas, a população pede mais oportunidades de emprego.

Hoje, são poucas opções. Primeiro a lavoura, depois as indústrias de faca e, por último, o novo filão, o turismo. Mesmo assim, quem se criou lá não troca a terra onde nasceu.

– Os filhos tem de sair, porque não tem emprego mesmo. Mas aqui dá para a gente se defender. Aqui é bom de se viver. É calmo. A gente mora para fora, mas é perto da cidade – conta Osvaldo Trevisan, 55 anos, pai de três filhos.

O QUE ARROIO GRANDE TEM

▼ A população estimada do distrito é de **2.345** mil pessoas segundo os dados do IBGE, de 2000. São **1.376** eleitores que votaram na última eleição

▼ Na sede do distrito estão os principais prédios, como a igreja, a subprefeitura, a escola e o posto de saúde

▼ Para lazer, existem bares, restaurantes e cafés coloniais, além de locais para compra de produtos coloniais

▼ Na localidade de Três Barras, existem diversos balneários, com cachoeiras, visitadas por turistas da Região Central

▼ Na área de educação, Arroio Grande vive um período de mudança. Com o fechamento da escola estadual Ida Baratto, em Três Barras, os alunos começam na próxima semana a frequentar a escola da sede. Lá são oferecidas aulas da 1ª até a 8ª série, com inglês, informática e educação ambiental

▼ A produção da agricultura é de arroz, fumo e hortifrutigranjeiros

▼ Entre os problemas apresentados pela população ao Diário estão conservação de estradas, colocação de esgoto, assistência técnica ao produtor (inseminação artificial, mudas, máquinas agrícolas), construção de calçadas na beira da faixa.

▼ A maior reivindicação é a geração de empregos e a diversificação da produção

▼ O atendimento em saúde no distrito é considerado satisfatório pelos moradores. O transporte coletivo e escolar também atende as expectativas dos moradores ouvidas pelo Diário



Os candidatos

Veraci Terezinha Cauduro Zerbini – 01
Vivaldino Manhago – 02
Nervi Gilberto Antonio Claro – 03

Debate

▼ Data – 1º de abril
▼ Horário – 19h
▼ Local – Salão de festas da igreja São Pedro

ANEXO E Reportagem do Jornal Diário de Santa Maria

MX Reportagem

88

ANEXO 5 Reportagem Jornal Diário de Santa Maria

I nostri GIOCHI*

Alguns jogos que os imigrantes italianos trouxeram para a região há 130 anos estão se perdendo na tradição, como a mora. Enquanto isso, a bocha atinge status de esporte profissional

CRISTINA OLIVEIRA
cristina.oliveira@diariosm.com.br

Eles são lembrados pela macarronada aos domingos, pela mesa farta, pelo vinho saboroso e pela hospitalidade. Têm famílias numerosas, viraram nome de time de futebol e inspiram até personagens de novela. São os italianos, que tiveram influência definitiva sobre o jeito brasileiro de ser.

Em 2005 estão sendo comemorados os 130 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. É tempo de celebrar os nonos e as nonas, os ca-

fés coloniais, a polenta, o vinho produzido no Estado e considerado um dos melhores do mundo, e os divertidos jogos que os imigrantes italianos trouxeram para o Brasil.

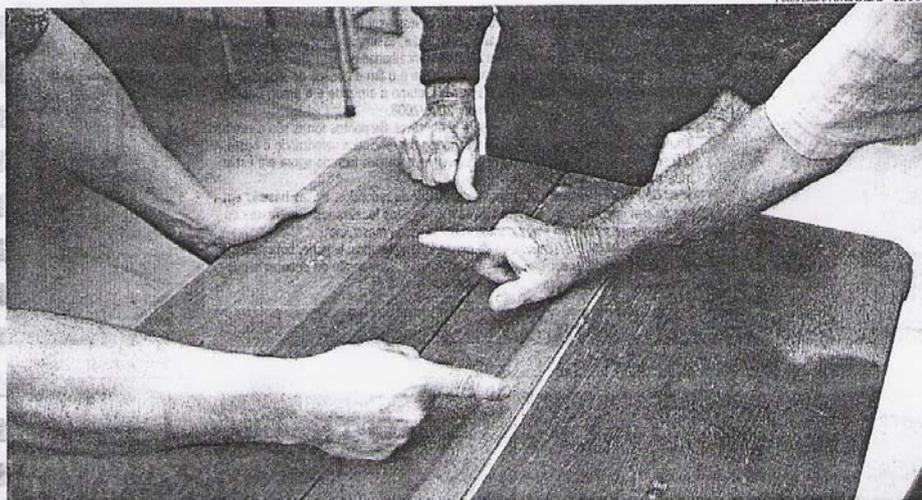
A mora, o tressete, o tchá-tchá-tchá, o cinquilha e a bocha estão entre eles. Alguns são extremamente difíceis, como a mora e o tressete, exigindo um complicado raciocínio de quem joga.

Para contar os 130 anos da imigração italiana em nossa região, *MIX* escolheu outro viés. Em lugar das tradicionais cronologias ano a ano, que tal contar a história dos imigrantes por

meio dos jogos que eles trouxeram? A intenção não é ensinar o leitor a jogar a mora, por exemplo. Até porque seria muito difícil explicar na papel. Só se aprende jogando.

A idéia é retratar jogos que estão se perdendo na tradição – pela dificuldade de se aprender a jogá-los ou pela falta de interesse das novas gerações – e outros que alcançaram status de esporte profissional, entrando definitivamente na cultura brasileira, como a bocha.

* Os nossos jogos



A mora, disputada numa mesa com fortes pancadas dos dedos, surgiu nas prisões gregas como um jogo de adivinhação de números

Fotos Lauro Aheu/Diário - 20/04/05